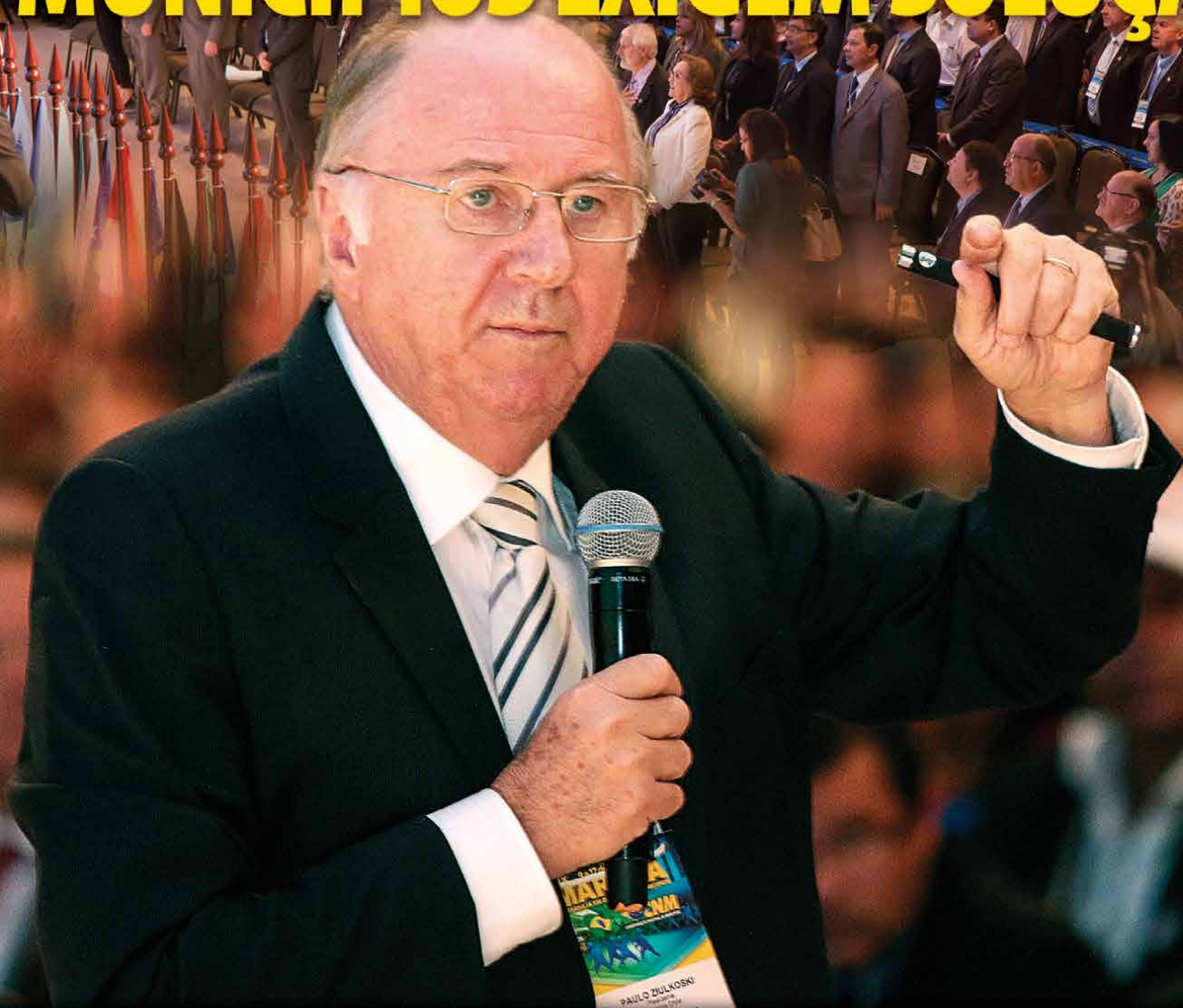


B LETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • maio de 2016

XIX MARCHA E A CRISE: MUNICÍPIOS EXIGEM SOLUÇÃO





Abertura da XIX Marcha

Presidente da CNM comen e problemas dos Municípi

Na manhã do dia 10 de maio, gestores municipais de todo o Brasil estiveram presentes na cerimônia de abertura da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Apesar do momento político conturbado, milhares de prefeitos, vereadores e secretários mostraram a importância de manter a união do movimento municipalista para debater junto ao governo os desafios de final do mandato.

Quem conduziu a solenidade foi o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O líder municipalista agradeceu a presença de todos os participantes e deu início a seu discurso fazendo um retrato do atual cenário brasileiro. “Estamos acompanhando o que eu poderia chamar de uma possível ruptura, não institucional, mas política ou de governo, neste momento, aqui em Brasília. Isso é muito grave”, afirmou Ziulkoski. Para ele, o Brasil atravessa um momento histórico.

Mesmo com todas as dificuldades, o presidente afirmou que os Municípios brasileiros estão cumprindo com a sua pauta. “Estamos todos aqui de cabeça erguida”, destacou. Sobre o tema do evento, foi mencionada a busca por soluções e encaminhamentos. E números que justificam o cenário tão grave foram apresentados. “A estrutura dos Municípios está sendo lapidada, cada vez mais, em função de tudo o que está se construindo”, ponderou.

Entraves municipais

Um dos exemplos citados pelo presidente da CNM foi a redução dos repasses de recursos destinados aos Entes locais no decorrer dos anos. O mais expressivo deles é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na Constituição Federal de 1988, e fonte de sobrevivência para as pequenas cidades.

Ziulkoski comentou que a Constituição define o pacto federativo. Porém, a estrutura desse pacto não foi mantida e outras contribuições foram criadas sem partilhar com os Municípios. Como reflexo, a arrecadação desses Entes federados tem caído,

e a conta não fecha.

Ele mencionou que a União se vangloria de cumprir o limite de gasto com pessoal, que é de 23% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas argumentou que isso se deve à transferência de algumas responsabilidades para os Estados e a maioria para os Municípios.

“Esse pacto andou para trás e não para frente”, disse o presidente ao explicar o fenômeno. Para ele, a responsabilidade deste cenário é do Congresso Nacional, que aprovou diversos projetos sem indicar a fonte de receita correspondente.

Nesse aspecto, Ziulkoski mencionou uma conquista da *Marcha* e do movimento municipalista — a aprovação de projeto que proíbe a criação de demanda sem a indicação de fonte para o custeio. A matéria teve votação concluída no Senado Federal este ano. O presidente da CNM também destacou o reflexo dos problemas no processo de encerramento do exercício.

Convidados

Após sua fala, foi a vez de a senadora Ana Amélia (PP-RS) discursar na *XIX Marcha*. A parlamentar sinalizou a importância de rever a distribuição dos recursos com os três Entes da Federação. “Precisamos pensar em um legítimo pacto federativo, não só na retórica, mas na efetividade. Isso não é possível com o desequilíbrio da arrecadação entre os Entes federativos”, afirmou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Pacheco Lamachia, também esteve presente na sessão de abertura e frisou que a entidade está em sintonia com as prefeituras.

“A concentração de recursos na administração federal é um absurdo. Os Municípios são cobrados dia a dia e é inadmissível que passem pelas dificuldades por que estão passando. A Ordem está na luta com os prefeitos pela nova e permanente discussão no que diz respeito ao pacto federativo”, disse.

O ministro Au-

gusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), abriu sua fala desejando que os prefeitos consigam alcançar suas expectativas em relação à *Marcha*. Além disso, também ambicionou por um Tribunal mais cooperativo e mais preventivo. “É necessária uma cooperação permanente entre tribunais e Municípios. Assim, o TCU criou indicadores de governança para avaliar melhor os gestores. Estratégia, controle e liderança são qualidades essenciais para uma boa gestão”, declarou Nardes.

A cerimônia contou, ainda, com a presença do representante do governo federal, Homo Xavier. Em seu discurso, ele citou alguns programas da União que são executados em parceria com os Municípios. Apesar disso, Xavier não deu detalhes de ações do governo federal que possam auxiliar os Municípios neste momento de crise.

Visão municipalista regional

Representantes das entidades estaduais municipalistas deram continuidade às falas da sessão solene de abertura. O presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), Juvenal Neto, discursou em nome da Região Centro-oeste e reforçou uma das pautas do movimento municipalista: o Restos a Pagar (RAP).





ta atual momento político os na abertura da Marcha

Neto utilizou informações da CNM e sinalizou que a dívida da União com os Municípios já ultrapassa R\$ 43 bilhões. Ele explicou que muitas cidades sul-mato-grossenses assumem o compromisso de executar as obras; contudo, os recursos não chegam. Juvenal também mencionou o subfinanciamento dos programas federais como outro assunto crucial para o movimento municipalista.

Na região Sul, o tema foi o incremento de receita. Em sua apresentação, o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Follador, pediu a aprovação da Lei do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo Senado Federal. Reforçou, ainda, a derrubada do veto que bloqueou parte dos recursos da repatriação aos Municípios.

O cenário de crise foi lembrado pelo presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota. O líder da entidade estadual representou a região Nordeste e criticou a concentração de recursos pela União. Para ele, essa medida inviabiliza a gestão dos Municípios e gera desigualdade, principalmente para aqueles de pequeno porte.

A reformulação do pacto federativo esteve presente também no discurso do presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), João Emídio de Miranda. "O pacto federativo deve ser abordado com celeridade para que a situação dos Municípios melhore", comentou. Miranda apresentou, ainda, o problema na divisão de recursos quando feito per capita.

Conforme explica, os Municípios do Norte são pequenos e distantes, fazendo com que os repasses para a Saúde, por exemplo, quando calculado por habitante, se tornem escassos para preencher necessidades básicas de estrutura de saúde.

A região Sudeste foi representada pelo presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monti. O gestor explicou que os desdobra-



mentos da crise afetam sua região, assim como ocorre nas demais. "A crise econômica gera desemprego e menos dinheiro no caixa das prefeituras, do Estado e da União. E, se temos desemprego, aquele que tinha um filho em escola particular acaba trocando

pelo ensino público, ou aquele que tinha convênio médico particular também acaba dependendo da saúde pública. Como se não bastasse, ainda temos a espada da Lei de Responsabilidade Fiscal em nossas cabeças", disse.

ENTIDADES MUNICIPALISTAS

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda, fez um breve pronunciamento na abertura do evento. Apesar da representação mais forte nos grandes Municípios e capitais, ele afirmou compreender as lutas das cidades de pequeno porte. "Nós sabemos das dificuldades dos prefeitos de pequenos Municípios", afirmou.

Lacerda destacou a importância de modificar a cobrança de alguns impostos no Congresso Nacional, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Ele sustentou que sem uma melhora na arrecadação os próximos anos serão ainda mais penosos.

Também focado na crise econômica que atinge o país, o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Tadeu Pereira, dissertou sobre dois pontos que considera fundamental para o pacto federativo. São eles: a Lei de Licitações e a complexidade de encargos e responsabilidades municipais. "Precisamos pensar em um sistema público de assistência técnica aos Municípios", conclamou.

Crise nos Municípios

Ações frente à crise são apresentadas por presidentes das entidades estaduais

Presidentes das entidades estaduais municipalistas falaram sobre como têm enfrentado a crise em seus Estados. As apresentações aconteceram dentro da programação da XIX *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* do dia 10 de maio. O painel foi coordenado pelo vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi.



Agência CNM

Aroldi lembrou que, sem o apoio do Congresso Nacional, é impossível qualquer avanço na pauta municipalista. “Os parlamentares prometeram uma semana dedicada à votação de matérias de interesse dos Municípios. Porém, essa reivindicação não foi atendida, ainda, em virtude da atual conjuntura política do país. Se nós não pressionarmos o Senado e a Câmara, não teremos êxito na nossa batalha”.

Logo em seguida, foi a vez de o presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, dar continuidade aos pronunciamentos. O principal assunto abordado por ele foi o ajuste do piso dos professores. Em sua visão, “a lei do piso do magistério é extremamente danosa à qualidade da educação. A AMA defende um maior salário aos professores, mas precisamos de uma fonte adequada de financiamento”, pontuou.



Agência CNM



Agência CNM

O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Júlio, criticou a atual distância que existe entre o governo federal e os Entes federados. Na sua visão, é difícil falar em mudança sem que haja maior integração entre as partes. “Precisamos levar para os nossos parlamentares as nossas demandas, ter um diálogo político com eles. Não pode ser apenas para tratar de emendas”, destacou.



Agência CNM

Na mesma linha de seu discurso, o presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, comentou sobre a importância de promover mudanças no atual modelo do pacto federativo. Contudo, o gestor fez uma reflexão sobre o papel dos prefeitos brasileiros no avanço das bandeiras municipalistas.

“Eu já acompanho a *Marcha* há vários anos. E o que eu vejo é que existem muitas pautas que se repetem, assim como a reforma do pacto federativo. Por que não houve nenhuma mudança significativa? Precisamos pensar sobre isso”, indagou. Em seguida, Fraga trouxe uma mensagem de conscientização aos participantes. Ele acredita que é preciso pressionar ativamente o Congresso Nacional, mas, principalmente, eleger parlamentares que defendam os Municípios.



Institucional

CNM assina parceria para acesso aos dados do Sistema de Convênios

Um termo de adesão simplificada à Rede Sistema de Convênios (Siconv) foi assinado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e pela então secretária de gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Patrícia Audi. A cooperação foi formalizada, dia 10 de maio, durante a cerimônia de abertura da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O objetivo da parceria é viabilizar acesso aos dados do governo federal para permitir a identificação dos entraves e dos principais problemas enfrentados pelos gestores municipais na administração das políticas executadas pelos governos locais e regionais. A partir dos dados, a Confederação deve promover estudos, relatórios e alertas aos gestores para evitar que sejam penalizados por problemas simples, como de documentação.

De acordo com estudo promovido pela CNM, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses foi criado em 2008, com a intenção de administrar as transferências voluntárias da União por meio de convênios firmados com os demais Entes federativos e com entidades privadas sem fins lucrativos. Isso para contribuir com a desburocratização da máquina pública e tornar mais viável a realização de investimentos em Educação, Saúde, Infraestrutura e demais setores.

Assim, o registro de todos os atos de operacionalização das transferências de recursos via convênios e contratos de repasse no Sistema é obrigatório. Conforme indica o estudo da CNM, entre 2013 e 2016, na esfera municipal, foram assinados 19.134 contratos de repasse e 4.792 convênios, o que soma 23.926 instrumentos. Em valores, o trabalho da equipe de Estudos Técnicos da CNM diz que essas quase 24 mil assinaturas representaram R\$ 14,8 bilhões.

Do montante, 92,9% são referentes a verba de repasse da União – R\$ 13,8 bilhões – e pouco mais de R\$ 1 bilhão é recurso de contrapartida dos Municípios. Porém, do valor total, a União repassou menos de 1/3 do montante empenhado – o que



Agência CNM

chega a R\$ 4,1 bilhões. Para piorar o quadro, da verba desembolsada, pelo governo federal, R\$ 1,7 bilhão está bloqueado nas contas dos respectivos convênios. Entraves causados pelos mais diversos motivos, como: irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal.

O estudo da CNM indica que grande parte dos bloqueios podem ser evitados com redução na burocracia, e assim aliviar os Municípios que sofrem com obras e projetos parados. Diante dessa constatação, o termo de cooperação deve impedir a retenção dos recursos aos Municípios e consequentemente ajudá-los no desenvolvimento de gestão mais eficiente.

Tabela 1 – Valores por modalidade (em milhões de R\$)

Dados	Contrato de Repasse	Convênio	Total Geral
Global	11.524	3.341	14.865
Repasso	10.632	3.182	13.814
Contrapartida	892	157	1.049
Empenhado	9.955	2.825	12.781
Desembolsado	2.947	1.184	4.131
Ingresso de Contrapartida	292	80	372
Pagamentos	2.128	702	2.830
Saldo em Conta	1.114	594	1.708

Fonte: SICONV - Elaboração Própria

Finanças Municipais

Ziulkoski apresenta números que revelam a devastação das finanças municipais

A Crise dos Municípios Retratarada em Números foi o tema da apresentação feita pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, no dia 10 de maio. A palestra teve mais de duas horas de duração, e foi parte da programação da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. A explanação contou com 102 slides. Segundo o líder municipalista, ela objetivou mostrar a devastação das finanças municipais ao longo dos anos. Assim, foi iniciada com a seguinte indagação: crise por quê?

Ziulkoski trouxe as respostas no decorrer da plenária. Ele mostrou que só o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu de 7% a 8%, entre 2015 e 2016; a taxa de despesas teve crescimento superior a 4%, anualmente, nos últimos 16 anos; e as receitas cresceram 3%, mas agora apresentam retração. “Se hoje está ruim, seria infinitamente pior sem as *Marchas*”, disse o líder municipalista, no início de sua apresentação, ao considerar os avanços obtidos por meio do evento.

Conforme mostrou o presidente da CNM, o cenário econômico nacional de recessão causa impacto direto na gestão financeira municipal. Quadro que se agrava com as desonerações promovidas pelo governo federal. “Foram R\$ 122,7 bilhões a menos no FPM [Fundo de Participação dos Municípios] de 2008 a 2014”, calculou. Ele explicou que esse montante é fruto de desonerações nos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializado (IR e IPI).

Além de ter de lidar com desemprego e contingenciamento de R\$ 21 bilhões no orçamento, os prefeitos também sofrem com o aumento de tarifas de insumos essenciais para o funcionamento das prefeituras. Ziulkoski listou alguns exemplos, como: a água teve crescimento de 16,64%; a luz aumentou 50,48%; e o combustível sofreu reajuste de 18,61%.

O líder do movimento municipalista nacional também indicou que as distorções do pacto federativo influenciam nas finanças e na gestão local. “Apesar de a arrecadação dos Municípios ter passado de 13%, em 1988, para 20%, em 2015, eles

deixaram de receber R\$ 631,2 bilhões por causa da não manutenção do pacto fiscal”, sinalizou. Ele indicou que isso é consequência da deteriorização do FPM no período.

A Saúde e a Educação também foram áreas abordadas na apresentação do presidente da CNM. “Com a criação do SUS [Sistema Único de Saúde], a União passou a competência de executar as políticas públicas a Estados e Municípios. O mínimo constitucional de aplicação com a área é de 15%, porém os Municípios gastaram 21,5%, em média, no ano de 2015”, constatou Ziulkoski. Ele informou que antes de 1988, o serviço público de saúde era prestado por funcionários federais e esses serviços foram municipalizados. Também, depois da Constituição vigente, a União passou a ser responsável apenas pelo ensino superior e profissional. A competência da educação infantil foi repassada aos governos estaduais e municipais. “O mínimo constitucional de investimento com Educação é de 25%, mas a média de gasto dos Municípios foi de 29%, em 2015”.

Educação

Dentre os temas em destaques, ainda sobre a Educação, o impacto do piso do magistério na gestão local e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foram abordados. Ziulkoski comentou que, entre os anos de 2010 e 2016, o Fundeb cresceu apenas 52%. Na contramão, o salário dos professores subiu de R\$ 1.024,00 para R\$ 2.135,24 no mesmo período.

“Se a gente observar com atenção, vai verificar aumento de mais de 100% no piso desses profissionais. Nós não somos contra a valorização dos professores, mas a conta não fecha. Eu não quero fazer nenhum alarde aqui. Só que a tendência é piorar. Já sabemos o valor do piso [do magistério] para o ano que vem”, alertou o líder municipalista.

Durante sua fala, o presidente da CNM citou

também levantamento elaborado pela equipe de Estudos Técnicos da entidade. O material revela que as prefeituras brasileiras gastam uma média de 23% de sua arrecadação apenas com os professores na ativa. Se forem levados em conta os gastos com os aposentados, esse porcentual se torna ainda mais significativo.

Salário mínimo e subfinanciamento dos programas

Outro ponto debatido foi o efeito cascata do salário mínimo sobre os cofres locais. Assim como o piso do magistério, o reajuste do salário mínimo cresce desproporcionalmente ao orçamento das prefeituras. Enquanto o FPM obteve aumento de apenas 58,3%, no período de 2010 a 2016, o salário mínimo registrou elevação de 72,5%. Em 2010, ele era de R\$ 510,00, chegando a atingir R\$ 880,00 neste ano.

“A situação dos Municípios brasileiros fica ainda mais dramática quando falamos do subfinanciamento dos programas federais”, afirmou o presidente Ziulkoski, dando continuidade à sua palestra. Como exemplo, ele citou o custo da merenda escolar. “O repasse que vocês recebem é de R\$ 0,30 para a merenda, quando na verdade os gastos chegam a uma média de R\$ 2,50. É uma defasagem muito grande”, sinalizou. A realidade se aplica também para custeio da equipe do Programa Saúde na Família (PSF) e com o transporte escolar. Neste último caso, o custo médio da oferta de transporte é de R\$ 114,00, e o governo repassa aos Municípios somente R\$ 12,00 mensais.

“Só em cinco programas da Saúde, nos últimos três anos, a defasagem no reajuste dos valores é de R\$ 2,5 bilhões”, mostrou o presidente, com base nos dados do estudo. Ainda segundo números apresentados por Ziulkoski, na Educação, só em dois programas federais, a falta de reajuste acumulou prejuízo de R\$ 1 bilhão às administrações locais – no mesmo período. Como se não bastasse, de 10% a 12% da Receita



comprovam municipais

Corrente Líquida (RCL) do Município são gastos com ações que não são de sua competência.

Restos a Pagar

O débito da União junto aos Municípios por meio do Restos a Pagar (RAP) foi outra interferência identificada nas finanças municipais. Dados da CNM mostram que os RAP já somam R\$ 43 bilhões. “Eu quero chamar a atenção de vocês para esse tema, porque é um dos maiores desafios que o governo vai ter de discutir”, ressaltou.

Pesquisa da Confederação aponta que 77% dos RAP não processados são obras já iniciadas e contratadas. “Isso quer dizer que vocês assumem o compromisso, fazem o projeto, começam as obras, mas o recurso prometido pelo governo não chega. E, especialmente neste último ano de mandato, é sabido que a lei veda deixar RAP para o ano seguinte”, concluiu Ziulkoski.

Royalties e dívida previdenciária

Os milhares de participantes da plenária foram informados sobre o andamento da reivindicação de cumprimento da lei que traz distribuição dos royalties mais justa. Porém, conforme disse Ziulkoski, a matéria continua parada no Supremo Tribunal Federal (STF), aguardando deliberação da ministra Cármen Lúcia, desde 2013. O movimento municipalista brasileiro lutou para conquistar a partilha mais justa dos recursos, mas os gestores deste mandato não puderam contar com a verba desta conquista. “Dos R\$ 45 bilhões repassados, de abril de 2013 a dezembro de 2015, R\$ 6,2 bilhões deixaram de ir para todos os Estados e Municípios”, mostrou Ziulkoski.

O crescimento da dívida previdenciária em 181%, de 2009 até este ano, tem colaborado bastante para a degradação das finanças municipais, conforme mostrou apresentação do líder municipalista. “A dívida que estava em R\$ 22 bilhões cresceu para R\$ 100 bilhões, e, por conta deste problema, R\$ 20 bi-



Agência CIM

lhões foram consumidos dos cofres municipais neste mandato”, evidenciou o presidente da CNM, que continuou: “em 995 Municípios, o FPM foi zerado por conta da dívida”.

Os desastres ambientais e as endemias

Dados atualizados sobre os desastres ambientais e as endemias nos Municípios brasileiros também foram apresentados por Ziulkoski. Ele disse que, desde 2015, os Municípios convivem com três epidemias causadas por doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. O presidente lembrou que os Entes são os responsáveis pela prevenção e pelo combate às doenças. Também destacou que são atribuições das prefeituras o cumprimento de legislações federais e o pagamento aos profissionais de saúde.

Nesse contexto, Ziulkoski ressaltou que os Municípios recebem recursos insuficientes para o cumprimento dessas obrigações. Outro ponto apontado pelo presidente foram os desastres ambientais. Segundo a CNM, entre os anos de 2015 e 2016, foram reconhecidos 23.248 Decretos de Calamidade ou situação de emergência. De 2012 a 2015, os prejuízos causados chegaram ao montante de R\$ 173 bilhões

na economia brasileira. “O gasto com a resposta ao desastre é muito maior do que com a prevenção dele”, afirmou o presidente.

FPM

“O FPM registrou redução de 2,33%, de 2014 para 2015, em valores corrigidos pela inflação”, mostrou o dirigente municipalista. Nesse período, o Fundo passou de R\$ 89,3 bilhões para R\$ 87,2 bilhões. No atual mandato, o FPM registrou crescimento pequeno de 3,3%, em 2013; ficou estagnado em 2014 e obteve retração real de 2,3%. Os dados expostos também foram levantados pelos economistas da Confederação.

De acordo com estudo da entidade, este ano, em que se encerra os mandatos, o Fundo apresenta redução real de 13,7% e nominal de 4,89%. “Isso só no primeiro quadrimestre de 2016”, indicou Ziulkoski. Ele lembrou que, se os Municípios brasileiros estão sentindo os efeitos da redução no FPM, mesmo com a conquista de 1% a mais no Fundo, obtida em dezembro do ano passado, imagina como seria se não a tivessem recebido.

Essa conquista, a que se refere, foi resultado da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, e ela representou R\$ 58 bilhões a mais aos cofres



Agência CNM

municipais no último mês do ano. Porém, para o novo 1% previsto para o meio do ano, o presidente da CNM informou que tem havido divergência de entendimento em relação ao pagamento desta parcela adicional no FPM.

A União pagou 0,5% sobre o IR e IPI, de janeiro a junho de 2015, e não cumpriu o acordado de repassar aos Municípios os montantes de julho de 2014 e junho de 2015. Com isso, as prefeituras receberam, efetivamente, 0,25% e não 0,5%. O esclarecimento também fez parte da apresentação de Ziulkoski. “O valor repassado foi de R\$ 946 milhões”, calculou. Segundo o municipalista, se o entendimento não ficar claro, os Municípios brasileiros vão receber apenas 75% do 1% em julho deste ano. “Ao invés de serem repassados R\$ 3,5 bilhões, as administrações locais vão poder contar com R\$ 2,6 bilhões”, ponderou Ziulkoski sobre a situação.

ICMS e IR para União

A assustadora redução do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e resolução que obriga as prefeituras a repassarem os recursos do IR, dos servidores terceirizados, retido na fonte, ao governo federal foram destacados durante o debate. Além desses temas, o presidente da Confederação mostrou situação da Lei Kandir e do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações (FEX).

Sobre o ICMS, o presidente da CNM avisou que sua retração nos primeiros três anos do mandato foi superior a 6% – passou de -5,8%, em 2013, para

-1,8%, em 2014, e chegou a 6,6%, em 2105. “Isso é gravíssimo, por que ele é 21% de toda a arrecadação nacional”, sinalizou. De forma mais clara, ele explicou que só a parte destinada aos Municípios dessa receita é maior que o fundo constitucional das prefeituras. “É 20% maior que o FPM. Só a parte dos Municípios foi R\$ 100 bilhões”, estimou Ziulkoski.

Ainda sobre o ICMS, estudo da CNM mostra que a maior perda registrada foi da região Sudeste. Por Estado, as maiores reduções – superiores a 17% – foram registradas no Amapá e em Mato Grosso do Sul, seguido do Amazonas e de Minas Gerais, com retração de 13,15% e 10,45%. Santa Catarina e São Paulo indicaram retração superior a 7%.

IR

Já sobre a obrigatoriedade de as prefeituras repassarem o IR dos prestadores de serviços, retido na fonte, a Receita Federal decidiu no final que a receita deve ser recolhida pelos e repassada à União. A medida tomada em 2015 tira dos governos municipais o direito ao recurso. “A Constituição é muito clara, em seu art. 158, que essa receita pertence aos Municípios, e nós [a CNM e o movimento municipalista] aconselhamos que os senhores já tomem alguma atitude quanto a isso, a fim de não serem surpreendidos daqui alguns dias”, ponderou o presidente da CNM.

Nesse aspecto, o líder municipalista avisou que a resolução determina aos prefeitos o recolhimento dos valores retroativos, de cinco anos, para repassá-los à União. “Há um risco muito forte de, futuramente, Municípios terem seus recursos blo-

queados por conta do não atendimento dessa medida”, avisou Ziulkoski.

Sobre a Lei Kandir, Ziulkoski foi contundente: “o que é deles [da União e dos Estados] nunca é corrigido. Segundo os números apresentados, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços dos Estados e do Distrito Federal está sem correção há nove anos. Ziulkoski também informou que o FEX está sendo repassado com um ano de atraso. “A segunda parcela de 2015 foi transferida aos Município este mês”, avisou.

Conquista

Ao apresentar as conquistas obtidas, por meio do movimento municipalista brasileiro, a repatriação foi a que movimentou o auditório. Isso, porque, segundo Ziulkoski, ainda não se sabe se já foi arrecadado algum montante e quando serão repassados aos Municípios. Além disso, o líder municipalista alertou para a necessidade de o Congresso Nacional derrubar o veto presidencial à multa aplicada sobre os valores trazidos do exterior ao Brasil. “O governo pretende arrecadar R\$ 21 bilhões com as repatriações, e, deste montante, R\$ 5,1 bilhões podem ir para os Municípios, se o veto for derrubado.

Ziulkoski esclareceu que muito provavelmente o governo vai arrecadar os recursos que estão fora do país, pois, a partir deste ano, será possível identificar quem têm recursos não declarados nos Estados Unidos e na União Europeia. Pelo menos, é o que prevê acordo firmado entre o Brasil e as suas potências mundiais.



Estudos técnicos

Educação e Saúde são as áreas mais afetadas pela crise, indica pesquisa

Dos 4.707 Municípios que participaram de pesquisa promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), quase 99% afirmaram sentir os efeitos da crise instalada no país, em seus territórios. Dentre os setores mais afetados pelos problemas atuais estão Educação e Saúde. Os números fizeram parte da apresentação do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, ocorrida dia 10 de maio.

Falta de Recursos para o pagamento do piso do magistério e incapacidade para manutenção do transporte foram os dois problemas mais mencionados pelos governos locais na área educacional, com apontamento por 60% e 56,9% dele, respectivamente. Porém, falta de merenda escolar e fechamento de escolas também foram problemas com significativos registros. A última medida foi adotada em mais de 350 Municípios.

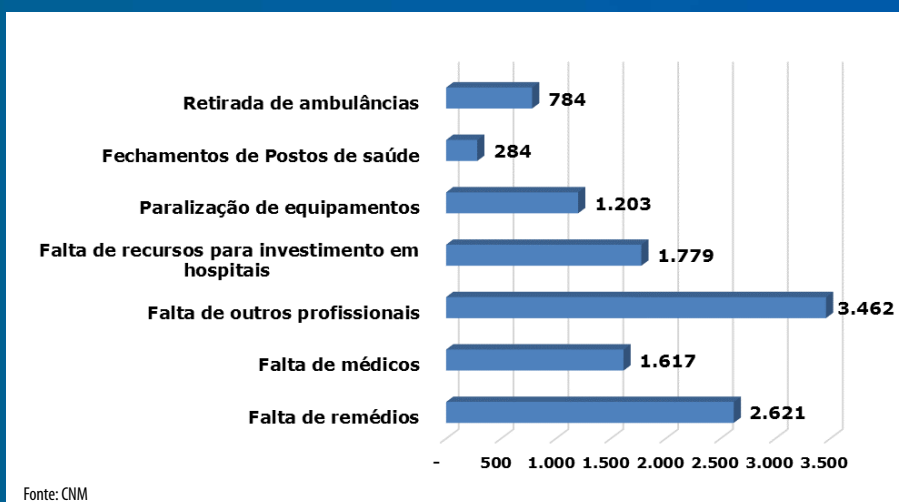
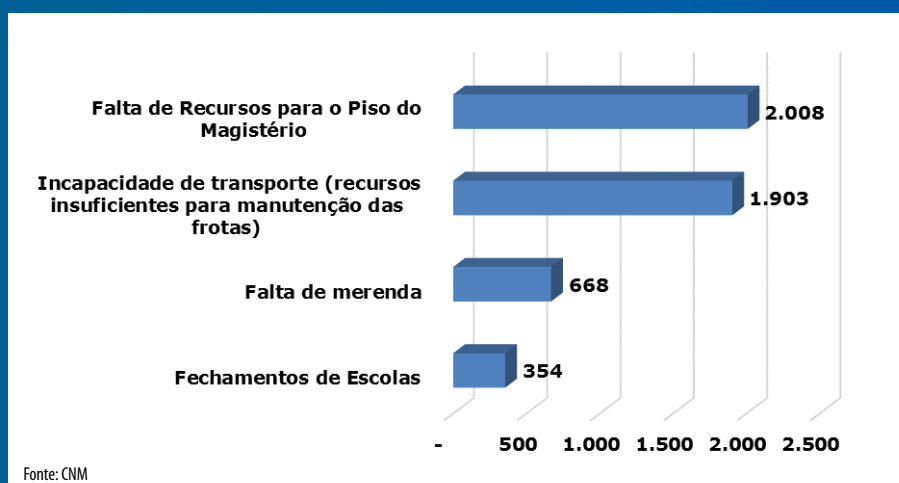
Quase 4 mil gestores municipais sinalizaram graves dificuldades com a área da Saúde, e, para tentar resolver os problemas, inclusive de extrapolamento do limite prudencial, algumas medidas foram tomadas pela maioria das prefeituras que respondeu à pesquisa. As mais comuns foram: retirada de ambulâncias, fechamentos de postos de saúde e paralização de equipamentos.

De acordo com a pesquisa, falta de remédios e médicos é uma realidade em 66,3% e 40,9% dos Municípios que participaram da pesquisa e indicaram problemas com a demanda. Quase 90% das contatadas, com dificuldades na Saúde, informaram falta de profissionais; e 45% não têm recursos para investimento em hospitais.

Além dos problemas mencionados acima, a maioria dos governos municipais informou aumento de demissões do setor produtivo; diminuição da produção agropecuária; fechamento de estabelecimentos comerciais; e maior número de pedidos de auxílios, como emprego e cesta básica. Em 80,9% – de 3.218 Municípios –, a população tem registrado queixas da situação aos agentes públicos locais.



Agência CNM





Supremo Tribunal Federal

Judicialização de procedimentos caminho de entendimento

Pela primeira vez na história do movimento municipalista, um representante do Supremo Tribunal Federal (STF) participou do maior evento político de governos locais da América Latina. A presença do ministro Gilmar Mendes no debate “Insegurança Jurídica e a Judicialização no Âmbito da Federação Brasileira” – ocorrido na *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* – consolida a importância do encontro e representa mais uma conquista do movimento. Em relação à gravidade do problema, Mendes aproveitou o espaço para sugerir que as instituições busquem um caminho de entendimento que priorize as medidas de benefício coletivo em detrimento ao individual.

Ao início de sua fala, na tarde do dia 10 de maio, o ministro destacou que há na Constituição alguns desafios que causam tumultos e uma série de desconcertos. Na questão da judicialização, seja no âmbito da Saúde ou da Educação, o ministro ponderou que há outras searas. “A leitura que o Judiciário tem feito, em relação a esses direitos de perfil social, é uma leitura que permite um *approach* [abordagem] de que são direitos sociais e coletivos, mas também de caráter individual”, contou.

Ele relatou que durante seu trabalho na presidência do Supremo e integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recebeu secretários municipais e estaduais traumatizados por conta de ordens judiciais, de fornecimento de medicamentos, acompanhadas de ameaça de prisão. “Alguns secretários tinham sido presos por não cumprirem a ordem que eles diziam ser impossível de cumprir”, mencionou o representante do Supremo.

“Diante da crise que se coloca e da visibilidade hoje do limite do financeiramente possível, talvez seja o momento de discutirmos algumas questões. Não seria o caso, hoje, de enfatizar mais as ações coletivas do que as ações de caráter individual? Tentar desenvolver políticas públicas que

pudessem responder, minimamente, os pleitos gerais que são formulados? E, com isso, na medida do possível, tonar dispensável a individualização, ações individuais?”, colocou Mendes.

No entanto, o representante da Corte reconheceu os desafios dos gestores locais com o crescimento de ações judiciais e as obrigatoriedades de oferecer procedimentos, medicamentos ou ações a um indivíduo, enquanto milhares de outros acabam lesados. “É preciso que estejamos atentos a esse desenvolvimento, e que todos os atores, protagonistas, desta cena tão complexa, gestores, administradores, juizes, promotores, advogados, defensores públicos estejam abertos a um diálogo para entenderem, cada qual, a complexidade de seu a fazer”, disse.

Ainda no mesmo entendimento, o integrante da Corte máxima do Brasil ponderou: “nós sabemos que lidamos com recursos limitados, que a outorga de proteção especial a uma pessoa pode significar o abandono de tantas. Daí a necessidade de buscarmos de forma dialógica, dialogada, a construção de políticas públicas que reduzam, minimizem a necessidade das intervenções judiciais tópicas, subjetivas”.

Em contrapartida, Mendes mencionou a situação dos juizes que recebem ações que os colocam contra a parede, muitas vezes, tendo de decidir entre a vida e a morte de um cidadão. Diante disso, ele reforça a necessidade de haver um entendimento, na medida do possível, das competências trazidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que trouxe um modelo solidário, que envolve a União, os Estados e os Municípios. O ministro fez referência ao Sistema implantado a partir da Constituição Federal de 1988.

“Vamos nos entender, na medida do possível. Vamos pôr fim a esse discurso adversarial, em que estamos em uma relação de amigo-inimigo. O juiz não pode se colocar como inimigo do gestor. Nessa questão, ambos estão buscando a melhor aplicação

da Constituição”, disse o ministro ao sintetizar sua colaboração ao debate. Para ele, um dos caminhos para induzir esse fenômeno de vício da judicialização de direitos está em um desenvolvimento compartilhado, dialogado de políticas públicas, que possam responder às mais diversas demandas.

Mendes ponderou: “tanto quanto possível, que a judicialização seja para casos singulares, para as situações verdadeiramente excepcionais”. Ele destacou o entendimento de que é impossível resolver todos os problemas institucionais. “É preciso que todos nós conheçamos a realidade do outro e os limites institucionais do outro. Que o juiz conheça a realidade do gestor, e que o promotor conheça as limitações.

“Faltam políticas adequadas”, sinalizou o ministro, que indicou que para alguns casos inconstitucional é a pobreza, é a falta de recursos. Mas, para ele, neste momento tão difícil economicamente para governos e para os particulares, o melhor caminho é o do entendimento.

Vice-presidente da CNM enaltece participação do Judiciário no debate

A plenária que tratou da judicialização foi aberta pelo vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, que destacou: “o momento é histórico”, pois essa é a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) comparece à Marcha, realizada há quase 20 anos”. Antes da participação de Mendes e de outros integrantes do Judiciário, Aroldi expôs o que venha a ser judicialização e os seus efeitos nas finanças e nas gestões dos Municípios. “Os prefeitos brasileiros têm sentido na pele isso. Eles vêm recebendo um conjunto de processos com imposições dos órgãos de controle, mas isso provoca um efeito nocivo para a própria



Debate: Gilmar Mendes sugere diálogo entre as instituições



comunidade”, explicou.

“Quando o prefeito atende a uma ação judicial para a compra de um medicamento, por exemplo, ele também deixa de atender às políticas públicas voltadas para as necessidades da população”, acrescentou Aroldi. Por fim, ele solicitou uma discussão ativa entre os debatedores e sugeriu a realização de uma parceria entre a CNM, o Ministério Público, o CNJ e o STF.

Conselheiro defende diálogo antes de Judicialização

A discussão também contou com a participação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio do conselheiro Flávio Nóbrega. Ele também sugeriu a construção de uma relação de mais diálogo com os Municípios em relação ao tema.

O conselheiro reconheceu a importância dos gestores municipais na administração pública e

ressaltou que a Judicialização nunca será a melhor saída para a resolução de imbróglios, principalmente na Saúde e na Educação. “A Judicialização nessas áreas acaba acarretando em uma injustiça porque muitas vezes pessoas que não precisam acabam utilizando o Judiciário, e o gestor não tem de onde tirar aquele recurso estabelecido em uma sentença judicial”, justificou.

Para o conselheiro, quando isso acontece, o gestor acaba deixando de atender a outras necessidades das políticas essenciais. Segundo ele, a Judicialização pode agravar ainda mais a gestão municipal nesse momento de crise econômica no país. “Vamos ver certamente isso em dias”, explicou.

Ainda em sua participação, Nóbrega anunciou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o CNMP devem implementar uma Política Nacional de Composição, que visa a ouvir o gestor e o indivíduo para que haja um acordo antes de se buscar a Justiça para a solução de controversas.

Desembargador diz que diálogo pode amenizar judicialização

Outra participação especial no debate foi a do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), Martin Schulze, que ratificou as propostas apresentadas e destacou a necessidade de um modelo cooperativo entre as instâncias do governo e os Municípios brasileiros. Schulze comentou acerca do papel exercido pela figura do juiz antigamente e nos dias atuais, e fez um contraponto, sinalizando aos participantes que a judicialização também tem efeitos sobre o tempo de avaliação dos processos, já que os números aumentaram significativamente nos últimos anos.

De acordo com o desembargador, o Estado gaúcho conseguiu trabalhar o tema e obteve resultados positivos. “Em 2010 foram registrados 120 mil processos de saúde no Rio Grande do Sul. Cinco anos



mais tarde, em 2015, esse número foi reduzido para 75 mil processos de saúde”, explicou. Ele acredita que a construção de uma rede de diálogo entre os três Entes da Federação foi imprescindível para essa queda no número de processos. Em sua visão, “deve haver essa integração não apenas entre os Entes, como junto ao sistema de Saúde”.

Contudo, o desembargador deixou claro que a judicialização acontece em vários outros campos como saúde, educação, violência doméstica e drogadição. Para ele, as metas devem identificar as causas do problema, reduzir a demanda e oferecer ferramentas de apoio ao magistrado.

Promotor de Justiça sugere planejamento e gestão para enfrentamento da problemática

Ainda no debate da Judicialização, o promo-

tor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS), Rodrigo Schoeller, destacou a importância do Planejamento e Gestão Sistêmicos (PGS). Em sua participação, o integrante do MP chamou a atenção para a medida, que, segundo ele, promove melhoria nos atendimentos a comunidades. Como por exemplo: “o atendimento das necessidades fisiológicas, psicológicas e de autorrealização, gerando impactos proporcionais nos três eixos da sustentabilidade e através da cooperação dos três setores e da comunidade em geral”, explicou.

O desembargador defende que com a criação de uma rede de cooperação é possível cooperar para a efetividade e sustentabilidade das atividades voltadas à Saúde e, consequentemente, reduzir e/



ou qualificar a Judicialização. “Por meio da utilização da tecnologia matriz de convergência, foi possível sistematizar os pontos em comum das Ações realizadas em Minas Gerais, Tocantins e Rio Grande do Sul, corroborando que as redes de cooperação e a atuação sistêmica são efetivas em diversos contextos econômicos, sociais, ambientais e geopolíticos”, exemplificou.



Último ano de Mandato

Prefeitos comentam os desafios de final do mandato na XIX Marcha

Prefeitos de todo o Brasil desembarcaram em Brasília na segunda-feira, 9 de maio, para participarem da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Esta é a décima nona edição do maior evento municipalista do país, onde os prefeitos têm a oportunidade de debaterem temas importantes relacionados a economia, mobilidade urbana, desatualização de programas federais, políticas públicas, entre outros.

Este ano o tema da *Marcha* foi “Desafios de final do mandato”. As dificuldades de gestão nestes últimos meses aflinge os prefeitos, tendo em vista os problemas causados por fatores como, entre outros, a diminuição, ou até mesmo a total ausência de repasses financeiros, como o do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

As expectativas para o restante de mandato de alguns dos prefeitos que compareceram à *Marcha* são diversas, mas se constata união em um tema: é preciso mudança, dentre elas, no que se refere ao pacto federativo.

Impressões

Para o prefeito Jonas Araújo, de Água Branca (PI), encarar tais desafios a poucos meses da próxima eleição municipal está sendo difícil, muito por conta das incertezas apresentadas no cenário político nacional. “O Brasil passa por uma instabilidade política muito grande, nunca vista antes. Esse final de mandato será um grande desafio, e, com a política nacional atravessando tantas incertezas, torna-se ainda mais complicada a gestão municipal. Esperamos que o Brasil e os Municípios sejam maiores do que quaisquer interesses pessoais”, explica. A opinião sobre a instabilidade no cenário político é compartilhada pelo prefeito Everaldo Gomes, de Brasília (AC).

Também presente ao primeiro dia da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o prefeito Márcio Oliveira, de Quitandinha (PR), deu suas impressões sobre o que esperar para o restante deste mandato. “Esse final de mandato com certeza será



Prefeito Hairton Almeida, de Candeias (MG).



Prefeito José Antônio Almeida, de São Félix do Araguaia (MT).

muito desafiador em razão de problemas como a queda do FPM e os gastos com a saúde pública, tendo em vista que os Municípios assumiram um compromisso que era dos governos estaduais e até mesmo do governo federal. Mas eu acredito na força da CNM juntamente com nós prefeitos. A união faz a força”, diz.

Para o prefeito de Candeias (MG), Hairton Almeida, os desafios no final de mandato são tão grandes quanto os encarados ao longo dos últimos três anos e meio, muito por conta da queda do FPM. “Nosso Município depende quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios. A arrecadação municipal é pequena e com essa queda

do FPM temos passado por momentos de enorme dificuldades. Por isso, a prefeitura teve de cortar gastos com funcionários para não ultrapassar um limite prudencial. Infelizmente, com esses cortes ficaram comprometidos os serviços prestados aos munícipes”, relata.

Já o prefeito de São Félix do Araguaia (MT), José Antônio Almeida, que já participou de quase todas as dezenove edições da *Marcha*, ressalta que um dos desafios neste fim de mandato é quanto ao custo do transporte público. “É um desafio imenso porque os recursos nunca são suficientes e temos lutado para manter o Município em dia com as certidões atualizadas”, informa.



Conteúdo técnico

Espaço CNM oferece dados personalizados para melhorar a gestão municipal

Nesta XIX edição da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, os gestores puderam ter acesso a informações específicas sobre suas cidades a respeito de diversos temas. O Espaço da Confederação Nacional de Municípios (CNM) trazia cinco totens que forneciam números de levantamentos da entidade. Eram eles: o Observatório Político, o Observatório do Crack, o Observatório dos Desastres, o Observatório dos Lixões e um Panorama da Crise.

A estrutura chamou a atenção de milhares de participantes da *Marcha*, que aproveitaram os intervalos da programação para conferir os dados disponibilizados pela entidade. O prefeito de Amélia Rodrigues (BA), Antônio Cardoso, foi um deles. Interessado nos índices de Educação, Saúde e recursos não repassados, o gestor esteve no espaço CNM no primeiro dia de evento.

Quando perguntado sobre o que achou do conteúdo recebido, Cardoso foi claro: “esses números são interessantes para acompanhar meus dados na prefeitura”. Ele comentou, ainda, que já acompanha a *Marcha* há sete anos e ressaltou as conquistas da edição de 2015. “Mesmo com todas as dificuldades, o Município vem se estruturando cada vez mais. Ano passado foi o melhor ano, já que conseguimos aumentar os investimentos e também as receitas próprias”, contou animado o prefeito.

O espaço CNM também despertou o interesse do prefeito de Jari (RS), Pedro-lívio Prado. Ele ficou surpreso com o montante que sua cidade deixou de receber por causa da falta de julgamento da liminar dos *royalties* pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O gestor também relatou as boas práticas realizadas em Jari para o combate às drogas.

O totem do Observatório do *Crack* trazia justamente um mapa interativo, que mostrava como essa droga afeta os Municípios brasileiros. Por meio de uma legenda, a ferramenta possibilita conhecer as principais regiões atingidas. Com uma pequena população urbana, o grande problema em Jari ainda é o álcool e não as drogas como o *crack*.

“Estive em todas as *Marchas* e acho essencial a participação do gestor, principalmente para conseguir informações a fim de fechar as contas neste último ano de mandato”, esclareceu Prado.

Biblioteca CNM

Dividindo o Espaço CNM com os totens, a Biblioteca CNM foi outro ponto movimentado durante os quatro dias da *XIX Marcha*. No local, os participantes podiam ter acesso gratuito a um conjunto de materiais informativos sobre a administração local. Este ano, foram lançadas 12 cartilhas.

A mais concorrida delas foi a Fundeb: o que os Municípios precisam saber. No segundo lugar da lista, ficou a cartilha Judicialização da Saúde: estratégias efetivas à diminuição por meio de ações locais. Outro material bastante procurado foi a publicação que trazia o tema da *Marcha*: Último Ano de Mandato.



Agência CNM

Ainda na biblioteca, os participantes da *Marcha* tiveram a oportunidade de solicitar o Panorama Municipal. O documento trazia um relatório sobre cada Município, com dados como Restos a Pagar (RAP), valores das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), desonerações e emendas parlamentares.

Enquanto consultava alguns destes materiais, o prefeito de Tapurá (MT), Luiz Umberto Eickhoff, aproveitou para comentar a importância dos dados oferecidos pela Confederação. “Os materiais trazem dados e informações que podem ajudar na gestão. Meu Município, por exemplo, que é bem do interior, não tem estrutura jurídica adequada para olhar todas as leis. Então, essas indicações e informações que a CNM tem trazido para nós ajuda muito”, justificou ele.

Museu do Municipalismo

Além dos totens e da biblioteca, o Espaço CNM abrigou também uma novidade este ano: o Museu do Municipalismo. A instalação tinha como objetivo fazer uma retrospectiva do surgimento dos Municípios brasileiros, com início em 1.500, ano de descobrimento do Brasil, até 2015.

Para isso, foi montada uma cabine que trazia em seu interior diversas projeções. Elas mostravam um conjunto de mapas do Brasil, com informações não apenas sobre a quantidade de cidades existentes, mas também a população na época e a localização no mapa.

Durante a visita ao Museu, o prefeito de Montanha (ES), Ricardo Favarato, pode conhecer quais foram os 15 primeiros Municípios brasileiros. Entre eles duas cidades capixabas: São Mateus e Vila Velha.

O gestor, que já esteve presente em outras edições da *Marcha*, elogiou a iniciativa. “Eu achei o espaço muito interessante. Meus parabéns à CNM, porque o Museu dá uma noção bem didática sobre a história dos Municípios brasileiros, não só seu número e população, mas também dá para ter uma visão bem clara dos ciclos que tiveram no Brasil, como o ciclo da borracha e o ciclo do ouro. Muito bem feito”, destacou.



Institucional

Assembleia-Geral da CNM encerra primeiro dia da *XIX Marcha*

Para finalizar o primeiro dia da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, na tarde do dia 10 de maio, coordenou a Assembleia-Geral da entidade.

O municipalista apresentou aos participantes da *Marcha* informações sobre a estrutura da nova sede da CNM, e de como funcionarão as atividades desenvolvidas pela entidade após a mudança, prevista para a segunda quinzena de julho. “Precisamos de independência financeira e partidária, além de ter sede própria. Só assim teremos uma CNM ainda mais autônoma”, explicou Ziulkoski.

Após as eleições, a CNM promoverá o *Novos Gestores*, evento destinado aos prefeitos que serão eleitos em outubro nas eleições municipais. Ziulkoski falou como será o evento e aproveitou a Assembleia para divulgar as datas.

De acordo com o presidente, o *Novos Gestores* será dividido em quatro etapas, sendo a primeira nos dias 24 e 25 de outubro, para prefeitos das regiões Centro-Oeste e Norte; a segunda nos dias 27 e 28 de outubro, destinada aos gestores da região Sul; a terceira será nos dias 7 e 8 de novembro com os prefeitos do Nordeste; e, fechando a programação, a região Sudeste nos dias 10 e 11 de novembro.

Ziulkoski explicou que, como os prefeitos eleitos não dispõem de recursos para participar de evento, todas as despesas com passagem, hospedagem e alimentação serão custeadas pela CNM.



Agência CNM

Prestação de Contas – Ainda na Assembleia, o presidente da CNM falou dos projetos que serão desenvolvidos pela entidade no segundo semestre de 2016, como a criação de um Sistema de Gestão de Dados, que terá como objetivo dar mais transparência aos números dos Municípios.

Para fechar a reunião, foi apresentada, ainda, a prestação de contas da CNM, aprovada por todos os prefeitos presentes.

Produtos, Serviços e Tecnologias

Exposição apresenta inovações tecnológicas aos governos locais

Gestores e agentes municipalistas puderam conferir a Exposição sobre produtos, serviços e tecnologia na *XIX Marcha*. A exibição foi a oportunidade para que prefeitos e demais autoridades conhecessem os 39 stands com o que o mercado oferece de mais avançado na área.

Os stands com produtos e serviços de tecnologia da Exposição foram voltados principalmente para auxiliar a gestão das cidades nas áreas de Educação, Saúde e Tecnologia da Informação. “A exposição é uma utilidade pública. São serviços que os gestores precisam. Eles têm facilidade de conhecer o produto que pode ser importante para o Município”, disse uma das fundadoras da CNM, Dalva Christofoletti.

A exposição contou com stands do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de editoras e outras empresas que oferecem alternativas aos prefeitos na execução de ações nos Municípios. “É muita coisa nova, e aqui [na *Marcha*] é o local adequado para disseminar essas inovações. A gente busca informação e leva ao nosso Município”, disse o prefeito de Paranavai, Rogério Lorenzetti.



Agência CNM



Finanças

Crise fiscal: despesas municipais cresceram 4% acima da inflação desde 2009

A XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios promoveu no dia 10 de maio uma arena temática para dar um panorama da situação fiscal do país aos gestores municipais. Com o nome “A Crise Fiscal Brasileira”, o tema foi abordado pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sérgio Gobetti e pelo presidente do Instituto Democracia Ativa, José Alves Filho.

Primeiro a fazer exposição, Gobetti indagou o que provocou a tão falada crise econômica que o país enfrenta atualmente. Segundo ele, a situação corrente é resultado de uma crise fiscal que se arrasta há longos anos, sustentada em pilares como orçamento da União, disputado por grupos de interesses diversos, um modelo federativo competitivo entre os Entes e idiossincrasias brasileiras, como as taxas de juros.

O resultado da crise estrutural é um país com Entes federados desunidos e em prejuízo. “O país é incapaz de discutir o que de fato é o melhor a ser feito”, afirmou.

A crise em números

O especialista ainda aponta uma questão conjuntural para a crise: a desaceleração recente da economia, principalmente nos anos de 2015 e 2014. “Temos um processo histórico em que o gasto público cresce mais que o PIB. Obviamente isso não é sustentado por muito tempo.”

Gobetti mostrou que, desde 1999, a taxa média de despesa pública foi 3,2% acima da inflação. Restringindo os gastos aos Municípios, a despesa municipal cresceu 4% acima da inflação desde 2009. Essa situação se agrava quando somadas “a transferências federais completamente estagnadas”.

“O tombo é muito forte e atinge principalmente Municípios pequenos, que dependem dessas transferências”, ponderou ele.



Agência CNM



Agência CNM

Soluções

“Sem ajuste e aumento de receita não tem como se enfrentar o tamanho do buraco que está aí”, sugeriu Gobetti como uma das alternativas à crise fiscal.

Já Alves Filho propôs uma redução urgente da taxa de juros Selic, índice que calcula a média de juros praticados pelas instituições financeiras que atualmente está em 14,25%. “Estamos em coma induzido e esta pode ser uma solução a curto prazo, sem mais arrochos”, disse ele.

“Aumentar juros só faz com que o Brasil tenha sempre o problema do desemprego. Essa maneira de aumentar a taxa de juros para controlar a inflação impõe a Estados e Municípios um ônus desnecessário”, opina Alves Filho.



Judicialização da Saúde

Com sala lotada, arena sobre judicialização da Saúde leva conhecimento e boas práticas aos gestores



“Como vencer a judicialização da Saúde ainda em 2016” foi o primeiro debate da Arena Técnica, na programação paralela da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, na tarde de 10 de maio. Na sala lotada, municipalistas aprenderam sobre os exemplos de boas práticas que diminuíram o número de casos em diversos Municípios. Para facilitar a compreensão sobre o assunto e ajudar o gestor a superar mais esse problema, a área técnica de Saúde da Confederação Nacional de Municípios (CNM) lançou uma cartilha no *site* para os filiados da Confederação. Nela consta a explicação sobre o papel das defensorias e são apresentadas quais possuem um núcleo de saúde; também estão detalhados os mecanismos de como formar um comitê reunindo defensoria, juízes, Ministério Público e gestores públicos.

A Arena começou com a participação do secretário de Finanças do Município de Itú (SP), Walfredo Carotti, que explicou a situação da prefeitura. “A cada dia temos mais casos de processos ligados à judicialização. Existem grandes problemas, complicados, mas pretendemos resolver tudo o

quanto antes”, declarou Carotti.

Em contrapartida, foi abordado o caso da prefeitura de Gravataí (RS). O prefeito Marco Alba contou que há alguns anos havia um aumento nos casos de judicialização, e, com isso, os recursos da prefeitura eram destinados aos poucos casos e não à população geral. Assim, foi realizado um projeto de parceria da gestão da Saúde Pública com a Defensoria Pública local. Essa ação compreendeu a organização do acesso dos cidadãos a medicamentos, internações, remoções, procedimentos cirúrgicos, consultas e demais atendimentos em saúde que, eventualmente, estavam buscando sua viabilização por meio da Defensoria Pública.

“Antes o cidadão procurava diretamente a Defensoria, pois sabia que não ia ser atendido pela prefeitura, agora o padrão é outro. O cidadão primeiro busca solucionar seu problema na Secretaria de Saúde e conjuntamente com a Defensoria tenta achar uma solução”, explica o gestor. Assim os ganhos são para todos com a ampliação de programas de atendimento e também com aumento da cooperação entre Defensoria e prefeitura.

O lado da Defensoria

Outro palestrante foi Rafael Pinheiro Machado, defensor público de Gravataí, que explicou como aconteceu a sinergia entre prefeitura e Defensoria. “Tivemos de entender qual a sistemática da saúde do Município, assim identificamos a necessidade de cada cidadão e as áreas principais de atuação do Município. Em seguida, fizemos o termo de cooperação com o Município”, explicou Machado.

Após este estudo preliminar, foi verificado que a prefeitura sequer tinha conhecimento prévio dos casos judicializados. O trâmite era simples, a família procurava diretamente a Defensoria, que entrava com a ação. Agora o procedimento é diferente. O interessado deve preencher um formulário, assim a prefeitura e a Secretaria de Saúde tomam conhecimento da situação pela via administrativa. Duas opções podem ser obtidas, ou o problema é solucionado ou realmente a via judicial é escolhida. “De 126 internações pelos Centros de Atenção Psicossocial (Cpas), apenas seis foram por ajuizamento. Temos um compromisso ético e somos parceiros das prefeituras”, enfatizou o defensor.



Arena de Meio Ambiente e Saneamento

Produção de energia por meio de *fracking* é extremamente danosa ao meio ambiente, afirma especialista

Os impactos ambientais da extração de gás do subsolo por meio de *fracking* – perfuração do solo – e a coleta seletiva de resíduos sólidos foram temas da Arena Temática de Meio Ambiente e Saneamento. O evento aconteceu paralelo à programação da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

A Arena contou com a participação da doutora e diretora da Organização Não Governamental (ONG) climática 350.org, Nicole Figueiredo. A especialista alertou aos gestores presentes na Arena que o *fracking* é um método de extração de gás para produção de energia elétrica que é extremamente danoso à saúde, ao meio ambiente e à produção agropecuária dos Municípios onde essa atividade ocorre.

Segundo Nicole, o processo consiste em perfurar o subsolo com jatos de água, areia e mais de 600 substâncias tóxicas, o que gera tremores de terra e contaminação dos recursos hídricos, do solo e do ar.

A especialista alertou ainda que “recentemente a justiça do Estado da Pensilvânia condenou uma empresa de *fracking* a pagar uma indenização de US\$ 4,2 milhões a duas famílias cujo manancial se contaminou em função dessa atividade”. Nicole explicou que no Brasil, em evento similar, uma hipotética empresa poluidora muito provavelmente conseguiria fugir da condenação ou atenuar sua pena, em função da morosidade da nossa justiça.

“Não utilizemos a técnica do *fracking* no Brasil: o potencial ganho econômico dessa atividade não compensa os riscos, que ainda não conseguimos mensurar em sua totalidade”, explicou a doutora.

A preocupação da especialista é a de que conforme o governo federal for aprofundando as medidas de estímulo às energias renováveis, tanto pelo lado da demanda, quanto pelo lado da oferta, esse interessante mercado deslanche.

Para ela está nas mãos dos Municípios, que são responsáveis pela gestão de solos, estradas e das águas – rios, córregos e nascentes –, não deixar que



Agência CNM

esta atividade tão danosa avance. Segundo Nicole, mais de 40 Municípios já criaram leis proibindo a extração em seus territórios.

O gestor de Toledo (PR), Beto Lunitti, é um dos prefeitos que já proibiu a atividade no Município. Na Arena o gestor falou que será criada uma comissão de estudos para “provar um discurso sobre o assunto e apresentar aos prefeitos o quanto essa extração é danosa, principalmente, nas áreas onde são produzidos nossos alimentos”.

Gestão de resíduos sólidos

Ainda na Arena, bons exemplos municipais na gestão de resíduos sólidos foram apresentados por prefeitos. A gestora de Dois Irmãos (RS), Tânia Terezinha da Silva, que tem boas práticas na área, ministrou uma pequena palestra. Tânia contou como começou a gestão de resíduos sólidos: “há 22 anos, quando pouco se sabia de coleta de resíduos sólidos, o Município tinha lixões a céu aberto. Uma autuação do Ministério Público levou o gestor na época a criar políticas para melhorar esta gestão. Assim, começou a ser feita a coleta seletiva do lixo”, contou.

Segundo Tânia, assim foram sendo feitas políticas pensadas na qualidade ambiental do Município.



Agência CNM

“Passo a passo, os gestores não desistiram de fomentar a gestão de resíduos sólidos. E foram criadas cooperativas de reciclagem”, explicou. “Hoje nós fazemos muitos investimentos, e que são necessários, mas o material sai do Município pronto para venda. São 35 famílias beneficiadas pela cooperativa”.

A prefeita fez também um alerta aos prefeitos que ainda não fizeram seus Planos Nacionais de Resíduos Sólidos, obrigatório por lei. “Prefeitos, não esperem que o prazo chegue ao fim para começar a gestão de resíduos sólidos. Sabemos que investimentos são necessários, mas o bem ambiental que os Municípios terão como retorno são imensuráveis”, finalizou.



Agricultura

Situação da agroindústria nacional é debatida na XIX Marcha a Brasília



Agência CNM

Começaram os debates nas Arenas Temáticas da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Estes são espaços abertos ao público presente, onde autoridades, gestores, consultores e especialistas de determinada área se encontram para discutirem propostas de melhoria e desenvolvimento dos Municípios, pautadas por um tema específico.

Em um desses encontros, a área técnica de Agricultura e Pecuária da Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu o debate “Agroindústria e desenvolvimento municipal – avanços e desafios”. A plateia formada por prefeitos, vereadores, especialistas e demais participantes ouviu a palestra do secretário adjunto da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, Airton Spies, acompanhado de técnicos da Confederação.

O gestor explicou como a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca tem realizado ações para a promoção da indústria agropecuária na região – sobretudo no tocante à comercialização de produtos de origem animal – e como as medidas tomadas estão ajudando no desenvolvimento dos Municípios catarinenses. Entre as boas práticas, destacam-se os serviços de inspeção que asseguram o consumo de produtos de origem animal, bem como do processo de produção, realizado por médicos veterinários.

PANORAMA NACIONAL

Outro destaque, desta vez em âmbito nacional, refere-se ao Serviço de Inspeção Municipal (Sim). O Serviço é responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito nos Municípios.

Os dados apresentados na palestra informam que, dos Municípios que possuem o Sim, 84% conhecem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), e, destes, 76% desejam aderir. Instituído pelo Decreto 5.741/2006, o Suasa adota medidas que garantem inspeções e fiscalizações dos produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos, de maneira uniforme, harmônica e equivalente em todos os Estados e Municípios. A principal dificuldade para a adesão ao Suasa é a falta de recursos financeiros para adequação dos estabelecimentos à legislação federal, além do excesso de burocracia.

Um fato que atrapalha a agroindústria em boa parte dos Municípios do país é a defasagem de servidores nas Secretarias de Agricultura e a qualificação técnica inadequada. Em média, há apenas 9 servidores por Secretaria. Apenas 39% desses órgãos públicos têm agrônomos em seus quadros funcionais e 63% possuem veterinários.



Arena de Educação

Preocupados, gestores lotam arena para discutir os desafios da Educação

“Os Desafios da Educação no último ano de mandato” foi o assunto debatido na Arena Temática de Educação deste ano da XIX Marcha. O assunto foi abordado no dia 10 de maio pela consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Mariza Abreu, pelo presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (AMA), Marcelo Beltrão, e pelo economista Mansueto Almeida.

Durante o encontro, foram apresentados aos gestores dados que apontam aumento da despesa pública com Educação nos últimos anos. A constatação foi de que as despesas em Seguridade Social representaram 24,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no período entre 2014 e 2015. O Piso do magistério dos profissionais de Educação foi abordado por Marcelo Beltrão. Ele citou dados que apontam crescimento de 108% no reajuste desde o ano de 2010.

Entre 2014 e 2015, o aumento foi de 11,36%. Beltrão destacou, ainda, as propostas e as reivindicações da CNM e do movimento municipalista para que sejam alteradas as regras de reajustes do piso. Já a consultora da CNM deu mais detalhes da luta do movimento municipalista para alterar as regras vigentes da Lei do Piso.



Agência CNM

Abreu apresentou aos gestores a metodologia adotada pelo Ministério da Educação para conceder aumento aos professores. Segundo a especialista, a fórmula de reajuste utilizada pela Pasta diverge do que está estabelecido na legislação dos profissionais de Educação. Dúvidas sobre a merenda escolar também foram esclarecidas ao final das palestras.

Arena de Previdência

Arena da Previdência alerta sobre projeto de lei que pode prejudicar os Municípios

Durante a Arena Temática “Dívida e Reforma Previdenciária”, o atuário e consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Sérgio Aureliano, tirou dúvidas de gestores municipais e discorreu sobre projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que podem prejudicar ou beneficiar Municípios no âmbito da reforma previdenciária. A apresentação ocorreu na quarta-feira, 11 de maio, durante a XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O primeiro abordado foi o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que versa sobre o plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. De acordo com Aureliano, apesar de a proposição não tratar diretamente do Município, ela exige o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual recai sobre gestores municipais.

O CRP é um documento fornecido pelo Ministério da Previdência Social que atesta o cumprimento dos critérios e as exigências do regime próprio de previdência de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município. “Temos que trabalhar muito para retirar o CRP da Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse o atuário.



Agência CNM

Projetos vantajosos – Conforme exposto na Arena, há outros projetos que tramitam nas Casas legislativas que podem ser benéficos aos Municípios no que tange à temática previdenciária. Um exemplo deles é o PLP 1.894/2011, que prevê o parcelamento do débito previdenciário em até 360 vezes pelos Entes federativos.



Arena de Contabilidade Pública

Gestores têm dificuldades de distinguir mundos orçamentário e patrimonial

Durante Arena de Contabilidade Pública da XIX *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, chamada “Socorro Contábil: o impacto das mudanças da contabilidade na gestão municipal”, especialistas procuraram sanar dúvidas de gestores e contadores municipais sobre a temática. Segundo uma das expositoras do evento, a professora de Contabilidade Pública da Universidade de Brasília (UnB) e consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Diana Vaz de Lima, o processo de mudança das prestações de contas municipais ainda está “muito confuso”.

“Mudou a contabilidade municipal. O prefeito vai ter que assinar coisas que antes não assinava. Mas, ao fim e ao cabo, é o prefeito que responde por ordenador das despesas”, disse ela.

Diana contou que a CNM fez uma pesquisa com cerca de 600 Municípios sobre as alterações da contabilidade municipal. Segundo ela, o levantamento

revelou que a maioria das gestões tem dificuldades conceituais no entendimento do que é do espectro de patrimônio e de orçamento. “Ficou muito claro que os contadores municipais não sabem muito bem a diferença do mundo patrimonial e orçamentário.”

Ela explicou que, como uma das mudanças atuais, agora todos os bens que foram construídos ou já estavam na conta das prefeituras têm de entrar na contabilidade, com a referida depreciação.

Dicas para adaptação

Indagada sobre como os prefeitos devem agir diante da “ameaça” dos Tribunais de Contas estaduais, com possíveis erros contábeis das prefeituras, a especialista falou que as cortes também estão “se preparando para auditar. Eles estão se adaptando a esse processo de mudança”.



Agência CNM

E ainda deixou uma dica: a técnica de tomar um cafezinho. “Mostrar disposição para saber o que acontece com seu Município no âmbito do Tribunal de Contas com uma boa conversa pode resolver muitos problemas”, disse ela.

A arena também contou com as apresentações da especialista em contabilidade pública e prefeita de Encruzilhada do Sul, Laíse de Souza Krusser, e do consultor jurídico da CNM, Paulo Caliendo.

Arena de Contabilidade Pública

CNM faz alerta sobre prazos de revisão dos Planos Diretores e Estatuto da Metrôpole

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu, durante a XIX *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o debate Gestão Territorial e Planejamento Habitacional: impactos da crise, novas demandas e soluções 2013-2016. O encontro, que ocorreu dentro da Arena Temática de Planejamento Territorial, teve como objetivo alertar prefeitos e gestores sobre as sanções administrativas que podem ser aplicadas caso os gestores públicos não adotem medidas de revisão dos planos diretores e, também, fornecer orientações sobre o fechamento de mandato.

Conforme destacou a doutora em planejamento urbano e técnica da área na CNM, Karla França, os planos diretores devem ser revisados no prazo máximo de até dez anos. Quando as medidas não são adotadas, os agentes públicos do Município respondem por improbidade administrativa.

Durante a Arena, foram pontuadas as possibilidades e as alternativas para os gestores realizarem a revisão dos planos diretores e a necessidade de fortalecimento de parcerias com universidades e associações municipalistas para reduzi-

rem os custos, uma vez que na esfera federal não existe previsão orçamentária de apoio financeiro para os Municípios revisarem seus respectivos planos diretores.

Outro ponto debatido foi a necessidade de adequação dos planos diretores à nova legislação, isto é, o Estatuto da Metrôpole. Para a CNM, a implementação do Estatuto da Metrôpole requer atenção e participação ativa do poder público municipal, para que as ações interfederativas sejam adequadas aos anseios locais e metropolitanos, sem interferirem na autonomia dos Municípios – assegurada pela Constituição Federal de 1988.

Diante dessa nova legislação, a área técnica de Planejamento Territorial da CNM desenvolveu o caderno técnico “Os Desafios do Ente Municipal para atender às exigências do Estatuto da Metrôpole”. O material visa a auxiliar gestores e prefeitos para que tenham respostas a questões relacionadas aos prazos e aos impactos da nova legislação. O material será disponibilizado de forma prioritária e exclusiva aos Municípios através do *site* da CNM.


Arena Temática de Desenvolvimento Social

Gestores da Assistência Social consideram positiva a mudança

Os prazos finais para adaptação dos Municípios às mudanças promovidas pelo governo federal no Sistema Único da Assistência Social (Suas) estão cada vez mais próximos. Para que não haja mais dúvidas em relação ao assunto, a *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* promoveu a Arena Temática de Desenvolvimento Social, chamada “Como se Preparar Para as Mudanças na Forma do Financiamento do Suas até o Final do Mandato”.

Os membros da mesa – formada pelas secretárias municipais e gestoras dos Fundos Municipais de Assistência Social (Fmas) Maria Joaquina de Jesus e Francisca Eliete e pelo presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), José Rodrigues Rocha Júnior – consideram que a nova forma de financiamento do governo federal às iniciativas municipais de desenvolvimento social é positiva. Isso abarca os chamados blocos de financiamento.

Agora, os recursos cofinanciados pelo Planalto são distribuídos nas respectivas contas dos cinco blocos – Proteção Social Básica; Proteção Social Especial de Média Complexidade; Proteção Especial de Alta Complexidade; Gestão do Suas e Gestão do



Agência ODM

Bolsa Família e Cadastro Único. Antes, os recursos iam para diversas contas referentes a iniciativas e programas diversos, chamados pisos de proteção.

De acordo com os especialistas, a gestão dos recursos para ações de assistência social ficaram mais adequadas ao concentrar ações e programas em temas dos blocos de financiamento, permitindo que a verba seja aplicada de acordo com as especi-

ficidades de cada Município. “Buscaram facilitar a execução orçamentária do Município pelos blocos de financiamento. Eles nos permitem executar de acordo com a demanda local”, disse o presidente da Coegemas.

“Foi um avanço, mas a luta continua. A política social nunca foi fácil e nunca será, sempre teremos que lutar”, concluiu Maria Joaquina.



Agência ODM



Agência ODM



Arena Temática de Mobilidade urbana

O que pode ser feito para melhorar os deslocamentos nos Municípios brasileiros

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu nesta quarta-feira, 11 de maio, o debate “Trânsito e mobilidade – ações para mobilidade urbana, resultados municipais para 2016”. O encontro, que ocorreu dentro de uma das Arenas Temáticas da *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, se propôs a encontrar soluções para problemas como engarrafamentos quilométricos, poluição sonora e emissão de gás carbônico na atmosfera provocados pelo uso em excesso de veículos nas cidades.

A prefeita do Município de Valparaíso de Goiás (GO), Lucimar Nascimento, foi uma das palestrantes. Ela demonstrou como boas práticas adotadas na cidade têm gerado resultados animadores. Entre as ações, a principal tem a contribuição da CNM: o “Projeto MoveMente”.

Este é um projeto-piloto desenvolvido pela Confederação em parceria com a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Uma vez formatado, Valparaíso de Goiás foi o primeiro Município selecionado para a implementação, por ter se voluntariado. O “Projeto MoveMente” funciona por meio de quatro etapas que promovem, basicamente, o envolvimento e a identificação do foco e da área-piloto, permitindo a melhor visualização da comunidade ou da região por meio de hologramas e outras ferramentas, apresentando os fatores envolvidos na tomada de decisão sobre onde e quando estabelecer as ações de melhoria.

Grande parte da população que mora no Município goiano se desloca diariamente para Brasília (DF) para trabalhar, percorrendo uma distância aproximada de 37km. Com a BR-040 engarrafada pelo excesso de veículos, as propostas de melhorias indicadas nos estudos foram indispensáveis para melhorias na mobilidade. “Essa migração diária das pessoas do interior para os grandes centros urbanos acaba gerando um verdadeiro caos. É possível fazer o percurso de Valparaíso a Brasília em 35 minutos de carro, mas, em horário de pico, o tempo de deslocamento sobe para duas horas. Isso é ocasionado pelo excesso de carros, e a população deve ter a consciência de que existem outras formas de locomoção. Neste sentido, o “Projeto MoveMente” ajudou muito a identificar e como resolver nossos problemas de mobilidade”, explica.



Agência CNM

BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE



Agência CNM

O outro palestrante foi o diretor financeiro da União de Ciclistas do Brasil (UCB), Yuriê Baptista Cesar, que apresentou o Plano de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é abordar de maneira geral e integrada a problemática de todos os deslocamentos de pessoas e cargas de uma cidade, assim como ordenar seus fluxos.

Defensor da bicicleta, o dirigente demonstrou os benefícios de utilizá-la como meio de transporte em substituição aos carros. “Todos sabem que há benefícios para a saúde, mas vai muito além disso. Os ganhos acontecem em âmbito social, com a democratização dos espaços públicos, ambiental, ao reduzir a emissão de poluentes, e político, ao melhorar a imagem dos Municípios.

A área técnica de Trânsito e Mobilidade da CNM desenvolveu a cartilha “Mobilidade Urbana Municipal Sustentável – Panorama e Diretrizes”. O material dá suporte aos Municípios para que tenham respostas a questões relacionadas à mobilidade urbana.



Gestão Municipal

Soluções da CNM para melhorar a gestão municipal são apresentadas na Marcha

Na quarta-feira, 11 de maio, foi realizada a mesa sobre as “Soluções da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para a gestão municipal”. As apresentações representaram como a CNM pensa para melhorar o futuro da gestão das prefeituras.

MuniCiência é uma iniciativa pioneira da Confederação que buscou identificar, analisar, promover e compartilhar experiências inovadoras implementadas pelos prefeitos e prefeitas nas cinco regiões do Brasil que contribuem de forma significativa para a melhoria da gestão municipal. A prefeita de Rio Largo (AL), Eliza Alves, relatou um pouco da história de seu Município. Antes, na região, existia um alto índice de violência. Com o uso da tecnologia, foi realizado o projeto “Juntos pela Segurança para proporcionar uma Gestão Integrada de Segurança Pública de alta qualidade”.

Um aplicativo foi elaborado com objetivo de integrar o cidadão e a gestão pública. Assim, o cidadão virou parceiro, informando as localidades que precisavam de melhoria, onde tinham mais assaltos, por exemplo. Com esta participação, além de os índices de violência terem diminuído, também houve melhora tanto na escuta dos problemas dos cidadãos como no próprio Município. A prefeita sabe agora onde estão os problemas e assim pode focar seus esforços a fim de resolvê-los.

Urbem

O segundo projeto apresentado foi o Urbem; primeiramente foi apresentada sua nova versão. O objetivo é simples: modernizar a gestão municipal com a adoção de mecanismos que garantam a organização dos processos internos e auxiliem no planejamento e na tomada de decisão do gestor. O caso relatado foi da prefeitura de Bom Despacho (MG), com o prefeito Fernando Cabral. “Não existia um corpo qualificado no Município, a administração não conseguia ser eficiente na arrecadação e eficaz na aplicação de estudos”, relatou o gestor.

Com o uso da ferramenta, a gestão melhorou,



Agência CNM

pois foi possível fazer a gestão administrativa com cadastro de todos que interagem com o Município. Atualmente, está sendo realizada a gestão de recursos humanos. Assim, esta mudança necessária provoca ganhos significativos, pois obriga planejamento.

O prefeito de Salgueiro (PE), Marcones Libório de Sá, mostrou que, antes de entrar no projeto, os trâmites eram com planejamento, execução e resultados. Agora se escuta a população e tudo é avaliado. “Assim descentralizamos três fundos, de saúde,

educação e desenvolvimento social, cada secretário controla seu quadro de despesas com mais responsabilidade”, concluiu o gestor. Esse tipo de ação melhorou indicadores sociais e de violência, além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 300%.

A ação da CNM é periódica e fará radiografias dos Municípios brasileiros com os dados preenchidos por seus gestores, que são os mais pressionados pelos efeitos das injustas distribuições de recursos e responsabilidades.

Consórcios públicos

José Patriota, presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), contou sobre a realização do primeiro seminário e o assunto em seu Estado. “No encontro nacional, com apoio da CNM, nós falamos sobre a concentração de recursos pela União e a concentração de responsabilidades pelos Municípios. Nosso dever de casa é aprimorar a eficiência da gestão pública, principalmente adotando o método de consórcios”, expôs Patriota.

Como exemplo, foi citado o caso da prefeitura de Lagoa Nova (RN), com o prefeito João Maria Assunção, que conseguiu levar água para a área rural. O consórcio foi formado por sete Municípios e atende mais de 4 mil pessoas. As prefeituras não entraram com o recurso, quem mantém o sistema é a própria população.

Com a chegada da água, houve aumento de oferta de trabalho, aumento de empregos, aumento dos negócios locais e melhora na qualidade de vida.



Internacional

Municipalização das agendas internacionais foi o tema da Área Internacional da CNM

Na sala de Projetos na quarta-feira, 11 de maio, foi realizada uma apresentação sobre as agendas internacionais da área Internacional da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Um bom exemplo de gestão em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi citado usando o Município de Comodoro (MT). A prefeita Marlise Marques apresentou o ocorrido em sua prefeitura, que cresceu sem planejamento e organização territorial, gerando problemas sérios de infraestrutura de habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, meio ambiente, entre outros. “Comodoro necessita crescer junto com o desenvolvimento sustentável, por isso, instituímos o plano diretor participativo”, explica a gestora.

Assim foi realizado o plano municipal de habitação e de saneamento básico. Atualmente está sendo realizado o plano municipal de mobilidade urbana. “Hoje qualquer Município que deseja crescer de maneira sustentável e planejada tem que possuir instrumentos de planejamento estratégico e setorial, mas não apenas para cumprir os aspectos formais da lei”, explica a prefeita. Para isso, foram realizadas audiências públicas com a população, a fim de construir o planejamento do Município.

“Nós tomamos a iniciativa de ampliar nossos instrumentos de planejamento, agora existem metas possíveis a serem viabilizadas em curto prazo, agora existem metas para 20 anos. Agora podemos encontrar arranjos institucionais capazes de potencializar os esforços de diferentes níveis de governo e sociedade”, concluiu a prefeita. Outro aspecto foi priorizar e otimizar investimentos para projetos urbanos que tornem as cidades resilientes e com capacidade de adaptação em respostas a mudanças climáticas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A oficial representante do Programa das Na-



Agência CNM

ções Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), leva Lazareviciute, explicou o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados mundialmente há apenas um mês. “Esta nova Agenda dará continuidade aos objetivos anteriores, será um desafio para todos os países, independente do Índice de Desenvolvimento Humano, já que nenhum lugar do mundo tem desenvolvimento sustentável em 100% de suas ações”, clarificou a especialista. O Pnud incentiva a participação social e integração da gestão integrada.

Municipalização da agenda urbana

O técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Galindo, mostrou os avanços realizados nos últimos 20 anos no Brasil. Foram implantações de marcos legais (como a Constituição Federal), institucionalidade e participação da população que estão ajudando a consolidar a nova agenda urbana.

Durante a sessão, foram também apresentados casos práticos. Um deles veio do gerente-geral de projetos do Escritório das Nações Unidas de Serviços

para Projetos (Unops), que explicou o apoio que eles dão aos Municípios que precisam de gestão de projetos, gestão de operação, assessoria de transparência e eficiência de compras, e da parte de infraestrutura.

Lançamentos de novos projetos

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao final do painel, apresentou dois projetos que estão sendo lançados em cooperação. O primeiro se intitula “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”. É pretendido localizar os ODS em cada Município para desenvolver indicadores, além disso, serão realizadas capacitações com os novos gestores.

O segundo projeto em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul trata da Agenda de Planejamento e de Gestão Sistêmicos (PGS). O promotor de justiça, Rodrigo Schoeller, espera que essa aproximação leve os promotores a conhecer melhor a situação de cada Município. “Foi feita uma matriz de convergência com a criação de critérios para conseguir cooperação na adaptação da situação local”, explica Schoeller.



Cooperação Internacional

Universidade de Harvard realiza pesquisa com prefeitos

No primeiro evento do dia 11 de maio, na *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a representante da Universidade de Harvard, Diana Moreira, apresentou a pesquisa que foi realizada durante o evento. O objetivo final, após coleta de dados com os prefeitos e posterior análise, era obter ferramentas de comunicação nas políticas públicas.

A escolha do Brasil foi simples; primeiro pelo fato de o país ser continental e possuir milhares de prefeituras. Outro ponto importante foi a disponibilidade de dados administrativos sobre educação, saúde por exemplo. É necessário entender o que os gestores falam, mas também o que fazem.

O questionário demora 25 minutos a ser preenchido e é bem simples, apenas com perguntas sobre a situação da prefeitura. Segundo o estudo, a definição de políticas públicas é o conjunto de ações que o prefeito toma com objetivos específicos.

Para mais informações, entrem em contato com os pesquisadores pelo e-mail research.harvard.columbia@gmail.com



Agência CNM

Observatório dos Desastres Naturais

CNM apresenta dados de catástrofes e orienta para o enfrentamento aos desastres

Os constantes desastres ambientais e climáticos nos Municípios foram os assuntos debatidos na Arena Temática de Defesa Civil da *XIX Marcha*. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou aos gestores no dia 11 de maio as últimas atualizações dos prejuízos dessas catástrofes no Brasil.

A arena teve como tema “Defesa Civil: prevenção a desastres até o encerramento do mandato”. Segundo a CNM, de 2012 a 2015, os Municípios tiveram prejuízos de R\$ 173 bilhões nas áreas de Pecuária, Indústria e Agricultura decorrentes de desastres. O agravamento da seca, principalmente na região Nordeste, e as chuvas no Norte e Sul do Brasil foram indicativos das regiões que mais sofrem.

A entidade também apontou que as catástrofes no Brasil afetaram entre os anos de 2012 e 2015 mais de 53 milhões de pessoas. Dessas, 864 foram vitimadas fatalmente. A Confederação citou, ainda, que 50% dos Municípios não possuem estrutura de Defesa Civil para auxiliar a população em situação de desastre.

Decretos – Outro ponto abordado pela Confederação foi o número de decretos nos últimos 3 anos. A entidade informou que foram 16.311 decretos em virtude da seca e 6.674 por conta das chuvas. Apesar de ser alto o volume de de-



Agência CNM

cretos, a CNM informou que poucos Municípios recebem recursos de governos estaduais e federal para atender à população.

Para a entidade, o atendimento aos Municípios quase sempre emperra na burocracia. “Muitas vezes a solicitação dos recursos para ações de Defesa Civil demora tanto que o prefeito procura resolver sozinho os problemas decorrentes dos desastres”, informou a área técnica de Defesa Civil da CNM.



Arena Temática de Turismo

Arena de Turismo debate convênios e prestação de contas

As ações implementadas nos Municípios voltadas ao fomento do Turismo foram abordadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), no dia 11 de maio. A entidade orientou os gestores com uma palestra sobre o Turismo e cidades históricas: prestação de contas, convênios, parcelamento de débitos e desafios – orientações para o encerramento do exercício.

A CNM e os convidados explanaram sobre convênios firmados com os Municípios. Nesse contexto, foram repassadas aos gestores informações sobre a prestação de contas, licitações e parcelamentos oriundos dessas parcerias. Outro assunto apresentado diz respeito a um relatório que o Tribunal de Contas da União (TCU) está fazendo com os Municípios brasileiros considerados Patrimônios Culturais da Humanidade.

A intenção desta ação é analisar a regularidade da execução de recursos, prestar consultoria no



Agência CNM

aperfeiçoamento da gestão pública municipal e promover iniciativas para melhorar o potencial turístico em suas cidades. Além da CNM, participaram da Arena

o auditor do TCU, Paulo Martins, e a coordenadora de convênios do Ministério do Turismo, Thays Leda.

Publicações



Taciano Brito / Ag. CNM



Taciano Brito / Ag. CNM



Taciano Brito / Ag. CNM



Taciano Brito / Ag. CNM



Arena Temática de Mulheres Líderes

Arena sobre Mulheres Líderes lota a sala e encerra a programação paralela da Marcha

Prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras lotaram a última Arena na *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, na quinta-feira, 12 de maio, para conhecerem mais os projetos e especialistas sobre mulheres líderes. O objetivo principal foi discutir mecanismos concretos para o aumento da participação das mulheres na política e na vida pública, já que o Brasil é último lugar de representatividade feminina na América Latina.

A representante da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Eunice Borges, explicou que a ONU apoia as mulheres a terem mais posição de poder. “Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] é a igualdade de gênero. A nossa campanha é que em 2030 tenhamos um planeta 50/50”, explica Eunice. Ela também comentou que espera que o Brasil consiga aumentar os índices de participação que são os mais baixos da região da América Latina.

Thierry Duderme, chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia (UE), almeja que a participação da mulher aumente em todas as áreas, incluindo a política. “É um esforço conjunto para uma sociedade mais inclusiva, por isso, apoiamos projetos contra a violência da mulher e a favor do fortalecimento das lideranças locais”, explicou Duderme. Assim, o projeto Reinserrir foi apresentado.

Mulheres líderes

Já prefeita de Cardeal da Silva (BA) e presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria, mostrou que existe sim um aumento na participação das mulheres na política. Segundo ela, alguns anos atrás havia 20 prefeitas em seu Estado, agora já são 67. “A gente sabe que é capaz, só precisamos querer. A gente tem o dever e a obrigação, somos o sexo forte para garantir o nosso sustento. Parem de falar de beleza e falem de trabalho”, desabafa a prefeita.

“Feminino e masculino não existe quando estamos falando em capacidade, no nosso caso a



Agência CIM

gente tem que matar três leões por dia. O primeiro do estereótipo que nós mesmo mulheres criamos, o outro leão para mostrarmos a nossa capacidade, e o leão de nosso papel neste momento dentro dos nossos Municípios, dentro da sociedade”. Foi assim que iniciou a fala de Marta Livia Suplicy, presidente da Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (Libra). A Libra organiza cursos e capacitações sobre política para disponibilizar informação coesa e com responsabilidade. “Tão importante como a mulher na política é a mulher do político, pois ela é a interface das questões sociais da cidade, é para ela que os problemas chegam”, concluiu.

Mulheres Seguras

A prefeita de Santana dos Matos (RN), Lardjane Macedo, foi responsável por apresentar o projeto Mulheres Segura (ou Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres), que aconteceu em nove Municípios divididos entre Rio Grande do Norte e Pernambuco. O projeto foi realizado em uma parceria entre a CNM e a UE com o objetivo de aumentar o empoderamento social, político e econômico das mulheres brasileiras, assim como sua participação e liderança.

“Foi muito emocionante, uma mulher falou que

depois do projeto ela tinha mudado de vida, ela tinha gostado mais dela mesmo, ela teve hoje outra visão sobre política pública”, concluiu a gestora. O trabalho deu certo, pois as prefeituras puderam ouvir a sociedade durante os debates.

Reinserrir

Finalmente foi apresentado outro projeto realizado pela CNM com apoio financeiro da Comissão Europeia, o Reinserrir. Ele trabalha com a questão das drogas em uma concepção diferente. Em 2010, foi criado na CNM o Observatório do Crack e de outras drogas, com base em questionários para cada gestor, foi criado um mapa com a localização da gravidade de problemas de drogas no país.

Nesse novo projeto, foi trabalhada a questão da droga como um todo (prevenção e reinserrir) em 13 Municípios do interior da Paraíba com sede na prefeitura de Picuí (PB). Com um ano de andamento, já existem os grupos de trabalho em sua grande maioria compostos por mulheres (educação, saúde e assistência social). Este ano está sendo realizada uma outra parte do estudo com o convencimento da participação da iniciativa privada, a ideia é que os empresários comecem a disponibilizar vagas de empregos para as pessoas que saírem das drogas.



Governos Estaduais

Governador de Goiás sugere pauta conjunta de Estados e Municípios

O governador de Goiás, Marconi Perillo, atendeu a convite de municipalistas de seu Estado e compareceu à *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Em sua participação, ocorrida no dia 11 de maio, o gestor regional sugeriu pauta de reivindicação comum de Estados e Municípios. “Estamos no mesmo barco. Precisamos fazer uma reforma na Federação, rediscutir o pacto federativo e discutir a repartição das receitas de nosso país”, destacou.

Ele lembrou que a constituinte repartiu as receitas democraticamente, mas, “de lá pra cá, Estados e Municípios foram perdendo receitas”. “Hoje os Estados e, principalmente, os Municípios são responsáveis por quase tudo que se gasta com Educação; com Saúde; com Infraestrutura; com Segurança – praticamente os Estados são os responsáveis”, afirmou Perillo. A mesma opinião já havia sido compartilhada por municipalistas, assim como o entendimento da concentração de recursos na mão da União.

Entretanto, Perillo propôs que os dois Entes trabalhem juntos, a partir de agora, em uma pauta dividida pelos prefeitos e também pelos governadores. Segundo o governador, não é preciso levar ao governo uma lista de propostas muito grande, mas alguns itens que façam a diferença. Ele citou o exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), cuja receita é recolhida dos Estados e dos Municípios. De acordo com ele, só de Goiás, em 2015, foi repassado R\$ 1 bilhão, que não voltou para o Estado, mas foi repassado aos Municípios como se fosse receita federal.

O gestor regional goiano destacou, ainda, que medidas precisam ser adotadas na Saúde e na Previ-



Agência CNM

dência Social e em diversos outros setores. Segundo ele, governadores e prefeitos não aguentam mais essa crise, porque ela atrapalha nos planejamentos e nas receitas. “Desemprega as pessoas e, na medida que isso ocorre, as receitas caem e não há planejamento que consiga se sustentar”, sinalizou.

Senado Federal

Senador defende mais recursos aos Municípios para amenizar crise



Agência CNM

O senador Wellington Fagundes (PR/MT) também esteve presente no painel “Soluções para a judicialização”, realizado na tarde do dia 11 de maio. Em sua fala, o parlamentar destacou o papel da *Marcha*, como momento de diálogo das reivindicações do movimento, e demonstrou compreender a crise financeira dos Municípios.

Fagundes pontuou que o subfinanciamento dos programas federais é um assunto vital e que prejudica a administração local. Ele trouxe como exemplo o valor de R\$ 0,30 disponibilizado pelo governo federal para a merenda escolar.

Por fim, o senador apresentou uma Proposta

de Emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que pode trazer mais recursos aos cofres municipais neste momento de crise. Ela trata da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Conhecida como a PEC da Cide, a matéria sugere a divisão em três partes iguais: uma para União, outra para Estados e a terceira aos Municípios.

“Hoje, só 7,2% da Cide chega aos milhares de Municípios brasileiros, e eu quero modificar isso. Minha proposta, que já foi aprovada pela CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania], prevê uma partilha igual de um terço a cada Ente da Federação”, finalizou.



Poder Legislativo Municipal

XI Fórum de Vereadores aborda desgaste do Legislativo municipal pela crise

Vereadores estão com a imagem desgastada e pagando uma conta que não é deles, é de responsabilidade daqueles que praticam más condutas políticas no âmbito federal. A afirmação foi feita durante o XI Fórum de Vereadores, promovido pela XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Além da participação dos vereadores, componentes da mesa do evento discutiram questões sobre qualificação do Poder Legislativo municipal para uma melhor gestão e o papel dos Municípios no crescimento econômico.

De acordo com a consultora jurídica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Elena Garrido, é preciso desenvolver vias e ações para valorizar o legislativo municipal, classe política que tem contato direto com os eleitores e a população dos Municípios. “O vereador, na condição de quem fala diretamente com o povo, tem condição de exigir, tem condição de cobrar”, disse ela.

“A CNM acredita que é fundamental a qualificação do legislativo municipal para uma melhor gestão”, completou ela.

Diante da situação de crise econômica do país, progenitora da crise municipal em razão principalmente no arrocho dos repasses do governo federal, o ex-coordenador do Fórum de Vereadores da Marcha e vereador de Ibirubá (RS), Silvestre



Agência CNM

Rebelato, comentou sobre a necessidade de se dar prioridade à pauta municipal como uma das saídas para o momento austero. “A pauta municipalista não é do prefeito, é do povo”, disse ele.

“Passamos por uma situação delicada, mas estamos pagando a conta do que acontece aqui em Brasília”, completou ele.

Saúde

Ações de combate às epidemias provocadas pelo *Aedes aegypti* foram tema de palestra

As epidemias provocadas pelo mosquito *Aedes aegypti* têm preocupado muito os gestores municipais. Por este motivo, foi tema de palestra na plenária da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, no último dia de evento, 12 de maio.

Três representantes do governo federal falaram sobre as ações do governo federal no combate ao mosquito e apresentaram números das doenças provocadas pelo vetor *Aedes aegypti*, a dengue, a chikungunya e o vírus zika.

A Sala Nacional de Coordenação e Controle para enfrentamento à dengue, ao vírus chikungunya e ao vírus zika, segundo as especialistas, foi criada para atuar nos eixos de: mobilização, combate ao vetor, assistência às pessoas e às pesquisas. Essas ações devem ser desenvolvidas pelos Estados e Municípios e acompanhadas pela Sala Nacional.

Durante a explanação do governo, as técnicas lembraram ainda da importância



Agência CNM

de que seja feita uma boa transição de gestão, caso ocorra mudança de gestor com as eleições de outubro. Elas explicaram que é primordial que o gestor que assuma a prefeitura continue com as ações para não retroceder no combate ao mosquito.

Uma carta de compromisso para combater o *Aedes aegypti* foi entregue aos gestores municipais que estavam na Marcha. A carta é um alerta aos prefeitos de que o combate ao mosquito não pode sofrer interrupções.



Desenvolvimento Sustentável

CNM lança campanha para implementação dos ODS durante a Marcha

O vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, participou do lançamento da Campanha para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios. A solenidade aconteceu no dia 12 de maio dentro da programação da *XIX Marcha*.

Aroldi iniciou o painel com mais detalhes sobre o projeto-piloto desenvolvido entre a CNM e o Programa de Articulação de Redes Territoriais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). “Lançamos o projeto-piloto localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Fortalecendo o Papel dos Municípios na Localização. A ação buscar informar os novos gestores sobre a nova agenda, a situação do Município em relação aos objetivos e

às metas internacionais e auxiliar os governos municipais a incorporarem os ODS em seus planos de governo”, explicou.

O projeto faz parte de uma ação que busca conscientizar os gestores sobre a importância do cumprimento das metas do ODS, aprovados em setembro do ano passado pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). “Discutimos o tema junto às prefeituras e organizações nacionais e internacionais no painel sobre municipalização de agendas internacionais. Convidamos os gestores a demonstrarem seu apoio nas redes sociais, como



Agência CNM

fotos com as imagens dos ODS”, disse Aroldi.

Também estiveram no lançamento a coordenadora de programa do Pnud, Maristela Baioni, e o chefe do setor de cooperação da delegação da União Europeia no Brasil, Thierry Dudernel.

Final de Mandato

Preocupada com o final de mandato dos gestores, CNM envia Carta aos órgãos de controle externo

Durante a *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, foi enviada uma carta destinada aos órgãos de controle externo. O motivo é simples, a diminuição dos recursos e o aumento de responsabilidades estão preocupando os gestores em seu último ano de mandato. Nesta situação, em muitas prefeituras, será difícil cumprir com as obrigações legais impostas pela Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já é sabido que a situação econômica atual diminuiu a arrecadação de vários repasses e tributos municipais. Entre eles estão o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto de Transmissão de

Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI). Além dessa grave situação, outros impactos estão sendo percebidos nas prefeituras, como o aumento da violência, o desemprego, a falta de perspectiva de melhora da economia, entre outros.

Somando a falta de recursos, existe um aumento da participação municipal em serviços nas áreas de Saúde e Educação. A consequência é grave. Gestores estão cortando os gastos e as contratações para conseguirem fechar as contas.

Chamar atenção

O objetivo da carta é chamar a atenção dos órgãos de controle externo para a gravidade da situação, principalmente para as responsabilidades e os impedimentos que recaem sobre os gestores públicos locais.

Os prefeitos esperam que os reflexos das práticas indevidas realizadas pela União e dos problemas econômicos que a Nação sofre não os transformem em vítimas diretas do descumprimento legal, já que assumiram responsabilidades dos outros Entes como no atendimento direto à população.

Para ler a carta na íntegra, acesse o *site* da CNM no www.cnm.org.br



Agência CNM



Institucional

Carta da Marcha apresenta as primeiras conquistas do evento

A Carta da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi lida e aprovada no encerramento do evento, dia 12 de maio. O documento assinado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, registrou as primeiras conquistas já obtidas pelo municipalismo. Confira no documento abaixo.



Carta da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Mais de 4.500 municipalistas brasileiros reunidos em Brasília/DF, nos dias 9 a 12 de maio de 2016, para a XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios – mesmo durante uma das mais agudas crises políticas e econômicas da história do país –, mantiveram seu ato político anual, no qual reúnem os Municípios brasileiros e seus gestores, trazem a público o conjunto de seus argumentos e suas reivindicações dirigidas ao Poder Executivo Federal, ao Poder Judiciário e ao Congresso Nacional.

Os municipalistas expuseram para as autoridades presentes a aguda crise fiscal que vivem os Municípios, que não foi causada pelos gestores municipais, mas sim pelos efeitos deletérios da queda da macroeconomia, além do subfinanciamento dos mais de 390 programas federais, que ampliam o custeio dos Municípios e a política de desoneração que corroe a base das transferências constitucionais e, assim, amplificou a crise dos Municípios. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), apenas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foram retirados R\$ 2,33 bilhões entre 2014 e 2015.

A Marcha foi marcada pela presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, sendo histórico o fato de, pela primeira vez, o Supremo se fazer presente ao evento e trazendo uma mensagem de conciliação entre os poderes. Segundo o ministro: os juízes não devem ser inimigos dos gestores municipais.

Ficou definido que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) integrará um Programa de Gestão Sistêmico, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para amenizar a crescente judicialização da administração municipal.

Também foi aprovada na Marcha a Carta dos Municípios aos Órgãos de Controle Externo, na qual são apresentados os pontos que os gestores municipais esperam que os tribunais de contas observem ao avaliarem as contas deste ano, tendo em vista o cenário de queda do PIB do país.

Durante a Marcha, foi promovido, além do já mencionado, um painel com os deputados federais, por meio do qual foi cobrada urgência na votação da pauta municipalista na Câmara dos Deputados, em especial a:

I. derrubada do veto da Lei de Repatriação;

- II. prorrogação do prazo para a regularização da destinação dos resíduos sólidos;
- III. alteração na Lei de Consórcios Públicos para contratação de servidores no regime CLT e consulta ao Cauc do consórcio para liberação de recursos;
- IV. votação da PEC que propõe um novo pacto federativo; e
- V. votação dos projetos de lei gerados pela Comissão do Pacto Federativo.

O presidente da Comissão do Pacto Federativo, dep. Danilo Forte, assumiu o compromisso público de pautar os projetos nos próximos dias para criar uma semana de votação municipalista. Além disso, o senador Renan Calheiros, passado o turbilhão político, comprometeu-se, em reunião com a diretoria da Entidade, a dar celeridade à pauta municipalista no Senado Federal.

Durante a Marcha, a CNM aderiu à Rede Siconv por meio de um termo de adesão, celebrado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o compartilhamento de informações sobre convênios com vistas à melhoria da transparência da gestão pública.

Também foi lançada a Campanha para Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios brasileiros, por meio do projeto “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – fortalecendo o papel dos Municípios”, em parceria com as Nações Unidas.

Os municipalistas validaram a importância de construção de uma agenda urgente com o governo que assume hoje, e a CNM conta com a abertura do diálogo para discutir as soluções que visam a amenizar a situação dos Municípios brasileiros ainda neste mandato, pois um grupo de municipalistas recebido no dia de ontem (11/5) ouviu do então vice-presidente, Michel Temer, que os Municípios são os maiores parceiros da União na execução das políticas públicas e que há a real necessidade de discussão de um efetivo pacto federativo.

Os gestores presentes reconheceram os avanços históricos obtidos por meio da Marcha, que já geraram mais de R\$ 370 bilhões em ganhos para os Municípios, e deliberaram sobre a importância da continuidade e do fortalecimento do evento.

Brasília, 12 de maio de 2016.